



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
(PROFIAP)**

**JUSCILÉIA LOPES DA SILVA ROZA**

**AGENDA AMBIENTAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (A3P) NA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO (UNIVASF):  
sustentabilidade como meta estratégica no Plano de Desenvolvimento  
Institucional (PDI)**

**PETROLINA-PE**

**2024**

**JUSCILÉIA LOPES DA SILVA ROZA**

**AGENDA AMBIENTAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (A3P) NA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO (UNIVASF):  
sustentabilidade como meta estratégica no Plano de Desenvolvimento  
Institucional (PDI)**

Trabalho de Conclusão Final (TCF) apresentado ao Programa de Pós-graduação em Administração Pública em Rede Nacional (Profiap) da Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf), como requisito parcial para obtenção do título de mestra em Administração Pública.

Orientadora: Profa. Dra. Alvany Maria dos Santos Santiago.

**PETROLINA-PE**

**2024**

	Roza, Jusceléia Lopes da Silva
R893a	Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P) na Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF): sustentabilidade como meta estratégica no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) / Jusceléia Lopes da Silva Roza. – Petrolina-PE, 2024. xvii, 99 f. il.; 29 cm.
	Trabalho de Conclusão Final de Curso (Pós-Graduação em Administração Pública em Rede Nacional - PROFIAP) - Universidade Federal do Vale do São Francisco, Campus Petrolina, Petrolina-PE, 2024.
	Orientadora: Prof. <sup>a</sup> Dr. <sup>a</sup> Alvany Maria dos Santos Santiago.  Inclui referências, anexo, apêndice.
	1. Administração universitária. 2. Desenvolvimento sustentável. 3. Plano de Desenvolvimento Institucional. I. Título. II. Santiago, Alvany Maria dos Santos. III. Universidade Federal do Vale do São Francisco.
	CDD 378.1

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBI/UNIVASF.  
Bibliotecária: Andressa Laís Machado de Matos CRB – 4/2240.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
(PROFIAP)**

**FOLHA DE APROVAÇÃO**

**JUSCILÉIA LOPES DA SILVA ROZA**

**AGENDA AMBIENTAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (A3P) NA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO (UNIVASF):  
sustentabilidade como meta estratégica no Plano de Desenvolvimento  
Institucional (PDI)**

Trabalho de Conclusão Final (TCF) apresentado como requisito parcial para obtenção do título de mestra em Administração Pública, pela Universidade Federal do Vale do São Francisco Univasf).

Aprovado em: 20 de junho de 2024.

**Banca Examinadora**

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Alvany Maria dos Santos Santiago  
(Presidente) - Profiap/Univasf

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Lucia Marisy Souza Ribeiro de Oliveira  
(Membro Externo) - Univasf

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Aparecida Farias de Souza Nogueira  
(Membro Interno) - Profiap/UFGD

---

Prof. Dr. Rodolfo Araújo de Moraes Filho  
(Membro Interno) Profiap/UFRPE

Dedico este trabalho à minha amada família, em especial ao meu marido, cujo apoio e compreensão são a base do meu sucesso acadêmico. Aos meus filhos, que são minha inspiração diária e motivo de orgulho, agradeço por serem minha motivação constante. Aos meus pais, pelo amor incondicional, sabedoria e incentivo incansável, dedico este trabalho com profunda gratidão. Juntos, vocês são meu pilar e minha força, e este trabalho é dedicado a vocês com todo meu amor e carinho.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus por guiar meus passos e iluminar meu caminho.

Gostaria de expressar também minha profunda gratidão à minha família, em especial aos meus filhos Heitor e Sara, pelo apoio incondicional e incentivo ao longo da minha jornada acadêmica.

À minha orientadora, Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Alvany Maria dos Santos Santiago, agradeço a orientação dedicada, compartilhamento de conhecimento e compreensão demonstrada durante a elaboração deste trabalho de mestrado. Suas valiosas contribuições foram essenciais para o desenvolvimento e aprimoramento desta dissertação.

Aos professores e colegas da turma pela convivência tão agradável e ajuda dedicada nos momentos necessários.

Enfim, a todos que de algum modo tiveram contribuições para conclusão deste trabalho.

ROZA. Jusciléia Lopes da Silva. **Agenda Ambiental da Administração pública (A3P) na Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf): Sustentabilidade como Meta Estratégica no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)**. Dissertação de Mestrado realizada pelo Programa de Pós-Graduação em Administração Pública (Profiap/Univasf). Juazeiro (BA), 2024.

## RESUMO

Esta pesquisa teve como propósito promover uma análise da integração das diretrizes da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P) no próximo ciclo do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), 2026, da Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf), com o engajamento ativo e a participação dos servidores da instituição. Este estudo foi alicerçado nas temáticas: “Desenvolvimento Sustentável”, “Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)”, “Práticas Sustentáveis” e “Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)”. A pesquisa é de caráter descritivo e exploratório. Utilizando métodos mistos, compreendeu análise documental e entrevistas, enfocando os seis eixos temáticos da A3P e de monitoramento das metas estratégicas do PDI. Referente aos resultados, constatou-se quanto ao PDI, que é preciso atualizar este documento para incluir os desdobramentos da sustentabilidade na realidade acadêmica de forma clara e viável, evitando que fique limitado apenas às intenções, ensejando nos gestores e servidores um maior engajamento na sua elaboração e fiscalização. Verificou-se ainda que a Univasf demonstra possuir compromisso ambiental e seus servidores possuem algum tipo de internalização de práticas sustentáveis presentes na Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P), embora ainda sejam intuitivas. Tais resultados se devem à falta de conhecimento sobre o assunto, ratificado pelos entrevistados com um número expressivo de respondentes que raramente percebem campanhas de sensibilização e capacitação com tema sobre sustentabilidade.

**Palavras-chave:** Sustentabilidade; A3P; PDI; Univasf.

Roza. Jusciléia Lopes da Silva. **Public Administration Environmental Agenda (A3P) at the Federal University of Vale do São Francisco (Univasf): Sustainability as a Strategic Goal in the Institutional Development Plan (PDI)**. Master's dissertation carried out by the Postgraduate Program in Public Administration (Profiap/Univasf). Juazeiro (BA), 2024.

## **ABSTRACT**

This research aimed to promote an analysis of the integration of the guidelines of the Public Administration Environmental Agenda (A3P) in the next cycle of the Institutional Development Plan (PDI), 2026, of the Federal University of Vale do São Francisco (Univasf), with the engagement active and participation of the institution's employees. This study was based on the themes: "Sustainable Development", "Public Administration Environmental Agenda (A3P)", "Sustainable Practices" and "Institutional Development Plan (PDI)". The research is descriptive and exploratory in nature. Using mixed methods, it comprised documentary analysis and interviews, focusing on the six thematic axes of A3P and monitoring the strategic goals of the PDI. Regarding the results, it was found regarding the PDI that it is necessary to update this document to include the developments of sustainability in the academic reality in a clear and viable way, avoiding it being limited only to intentions, giving managers and employees greater engagement in their preparation and supervision. It was also found that Univasf demonstrates environmental commitment and its employees have some type of internalization of sustainable practices present in the Public Administration Environmental Agenda (A3P), although they are still intuitive. Such results are due to the lack of knowledge on the subject, ratified by the interviewees with a significant number of respondents who rarely notice awareness and training campaigns with a sustainability theme.

**Keywords:** Sustainability; A3P; PDI; Univasf.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1</b> - Esquematização do objetivo da pesquisa.....	17
<b>Figura 2</b> - Temas Estratégicos PDI Univasf.....	35
<b>Figura 3</b> - Relação Planejamento, PDI e Sustentabilidade.....	36
<b>Figura 4</b> - Relação entre PDI, A3P e PLS.....	46
<b>Figura 5</b> - Ações Site Univasf.....	50
<b>Tabela 1</b> - Eixo “Uso racional dos recursos naturais e bens públicos”.....	52
<b>Tabela 2</b> - Eixo “Qualidade de vida no ambiente de trabalho”.....	57
<b>Tabela 3</b> - Eixo “Sensibilização e Capacitação”.....	60

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> - Eixo “Gestão adequada de resíduos gerados” .....	55
<b>Gráfico 2</b> - Eixo “Compras Públicas Sustentáveis” .....	62
<b>Gráfico 3</b> - Eixo “Construções Sustentáveis” .....	64
<b>Gráfico 4</b> - Relação Planejamento estratégico, PDI e sustentabilidade.....	66
<b>Gráfico 5</b> – Preocupação com estabelecimento de Metas e Indicadores de Sustentabilidade no PDI.....	67
<b>Gráfico 6</b> - Sustentabilidade como Meta Estratégica no PDI.....	68
<b>Gráfico 7</b> - Engajamento dos Servidores na elaboração do PDI.....	69

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> - Palavra sustentabilidade encontrada no PDI da Univasf.....	19
<b>Quadro 2</b> - Principais documentos criados durante a Rio-92.....	23
<b>Quadro 3</b> - Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.....	25
<b>Quadro 4</b> - Eixos Temáticos da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P).....	28
<b>Quadro 5</b> - Síntese da Legislação que trata sobre o PDI.....	33
<b>Quadro 6</b> - Departamentos da Univasf que integraram a pesquisa.....	40
<b>Quadro 7</b> - Categorias e Temas.....	42
<b>Quadro 8</b> - Desenho da pesquisa.....	43
<b>Quadro 9</b> - Alinhamento Eixos A3P e PLS-Univasf .....	48
<b>Quadro 10</b> - Temas e iniciativas constantes no PLS - Univasf.....	70

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

A3P	Agenda Ambiental da Administração Pública
BA	Bahia
CEP	Comissão de Ética em Pesquisa
CGA	Coordenação de Gestão Ambiental
CMMAD	Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNUMAD	Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e
DDI	Diretoria de Desenvolvimento Institucional
Dr(a).	Doutor/Doutora
DS	Desenvolvimento Sustentável
EAD	Educação a distância
HU/Univasf	Hospital Universitário da Universidade Federal do Vale do São Francisco
IES	Instituições de Ensino Superior
MMA	Ministério do Meio Ambiente
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONG	Organização não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PE	Pernambuco
PI	Piauí
PLS	Plano de Logística Sustentável
PNDP	Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas
PROPLADI	Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional
PTT	Produto técnico-tecnológico
QVT	Qualidade de vida no trabalho
Rio-92	Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIASG	Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SIASS	Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SIPAC	Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos

TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UNB	Universidade Federal de Brasília
Univasf	Universidade Federal do Vale do São Francisco

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	15
1.1 PROBLEMA DE PESQUISA.....	17
1.2 OBJETIVOS	
<b>1.2.1 Objetivo geral</b> .....	17
<b>1.2.2 Objetivos específicos</b> .....	17
1.3 JUSTIFICATIVA.....	18
<b>2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b> .....	21
2.1 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	21
2.2 AGENDA AMBIENTAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (A3P).....	26
2.3 PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS.....	29
2.3 PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PDI).....	32
<b>3 METODOLOGIA</b> .....	38
3.1 TIPOS DE PESQUISA.....	38
3.2 LÓCUS DE ESTUDO.....	39
3.3 INSTRUMENTOS DE COLETA E PARTICIPANTES.....	39
3.4 ANÁLISE DOS DADOS.....	41
3.5 ASPECTOS ÉTICOS.....	43
<b>4 RESULTADOS E DISCUSSÃO</b> .....	45
4.1 IMPLEMENTAÇÃO DE PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS, PROPOSTAS A PARTIR DA ADESÃO DA INSTITUIÇÃO À A3P.....	45
4.2 GRAU DE INTERNALIZAÇÃO DAS PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE PELOS SERVIDORES DA UNIVASF NO AMBIENTE ORGANIZACIONAL.....	51
<b>4.2.1 Perfil dos respondentes</b> .....	51
<b>4.2.3 Uso racional dos recursos naturais e bens públicos</b> .....	51
<b>4.2.4 Gestão adequada de resíduos gerados</b> .....	54
<b>4.2.5 Qualidade de vida no ambiente de trabalho</b> .....	56
<b>4.2.6 Sensibilização e capacitação</b> .....	59
<b>4.2.7 Compras públicas sustentáveis</b> .....	61
<b>4.2.8 Construções sustentáveis</b> .....	63

4.3	ENVOLVIMENTO DOS SERVIDORES NA ATUALIZAÇÃO DO PDI DA UNIVASF NO ASPECTO DA SUSTENTABILIDADE.....	65
<b>5</b>	<b>PRODUTO TÉCNICO TECNOLÓGICO.....</b>	<b>72</b>
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>74</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>77</b>
	<b>APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA A SER REALIZADA COM OS GESTORES DAS ÁREAS RELACIONADAS COM OS SEIS EIXOS TEMÁTICOS DA A3P E PDI.....</b>	<b>83</b>
	<b>APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA ESTRUTURADA APLICADA JUNTO AOS SERVIDORES DA UNIVASF.....</b>	<b>91</b>
	<b>APÊNDICE C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....</b>	<b>95</b>
	<b>ANEXO A - CARTA DE ANUÊNCIA DA PESQUISA.....</b>	<b>98</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Na contemporaneidade, as catástrofes ambientais amplamente divulgadas pela mídia, desencadeiam a preocupação global com o iminente risco de outros episódios, o que influencia significativamente o cotidiano. A constante divulgação desses eventos tem contribuído para aumentar o engajamento da população, impulsionando a demanda por ações concretas e políticas públicas voltadas à preservação do meio ambiente. Nesse contexto, a promoção do desenvolvimento regional emerge como uma necessidade premente para impulsionar o bem-estar social. No entanto, tal progresso deve ser pautado pela sustentabilidade, assegurando a preservação dos recursos naturais e a viabilidade das futuras gerações na terra. Essa urgência é particularmente evidente no contexto da Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf), instituição que se encontra no epicentro das transformações regionais. Diante desse cenário, é fundamental ações eficazes e colaborativas para a preservação do meio ambiente e o desenvolvimento social sustentável.

Essa ideia de utilizar os recursos de forma consciente, sem desperdício e de forma sustentável, está a cada dia mais semeada em todo mundo. Esse termo desenvolvimento sustentável foi disseminado em meados dos anos 80, ganhando reconhecimento com o Relatório de Brundtland, publicado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento [CMMAD] (Silva; Almeida, 2019). Desde essa época, vários eventos foram promovidos para discutir iniciativas que promovam desenvolvimento baseado nos princípios econômico, social e ambiental. O Brasil sediou alguns eventos das Organizações das Nações Unidas (ONU) sobre esse tema, dentre eles a Rio 92 e a Rio+20, ambas na cidade do Rio de Janeiro-RJ. Vários avanços expressivos e resultados importantes foram alcançados com essas conferências como a elaboração da Agenda 21, os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) e a Agenda 2030 formada pelos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável ODS (ONU, 2020).

Ser sustentável é essencial para a regeneração dos ecossistemas e essa responsabilidade quanto às ações promovidas que impactam o meio ambiente é uma responsabilidade geral, de governos, empresas e cidadão (Brasil, s.d.).

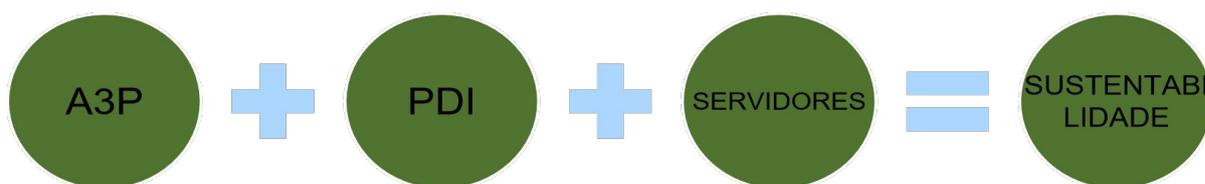
No Brasil, foram criadas várias políticas públicas de enfrentamento dessa crise ambiental, com o intuito de promover a produção e o consumo sustentáveis e

entre elas, um programa que incentiva a incorporação de atitudes sustentáveis na rotina dos órgãos públicos do país, chamado Agenda Ambiental da Administração Pública [A3P] (Brasil, s.d.).

Esse programa está estruturado em seis eixos temáticos: Uso racional dos recursos naturais e bens públicos; Gestão adequada dos resíduos gerados; Qualidade de vida no ambiente de trabalho; Sensibilização e capacitação dos servidores; Compras públicas sustentáveis e Construções sustentáveis. Baseado nas diretrizes listadas, a intenção em participar desse programa é incorporar práticas sustentáveis promovendo ações que passam pela mudança nos investimentos governamentais relacionados às compras e contratações de serviços, chegando à conscientização e capacitação dos funcionários, através da utilização consciente dos recursos naturais e geração de resíduos, até a melhoria da qualidade de vida no ambiente organizacional (Univasf, 2021).

Através dessas ações busca-se sensibilizar os servidores públicos sobre a importância de uma mudança de comportamento, apresentando às diretrizes da A3P, capacitando-os a pensar de forma sustentável e praticar ações que evitem o esgotamento dos recursos, desenvolvendo competências institucionais e individuais e trazendo benefícios às instituições e sociedade em geral.

Dessa forma surgiu o interesse em saber como promover uma análise da integração das diretrizes da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P) no próximo ciclo (2026) do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf), com o engajamento ativo e a participação dos servidores da instituição. Com esse questionamento surgem como objetivos desta pesquisa, identificar a implementação de práticas sustentáveis, propostas a partir da adesão da Instituição à A3P, averiguar o grau de internalização das práticas de sustentabilidade pelos servidores da Univasf no ambiente organizacional e discutir o envolvimento dos servidores na atualização do PDI da Univasf no aspecto da sustentabilidade. Sobre este último objetivo, pode-se dizer ainda que, sendo o PDI indispensável para nortear as ações a serem tomadas nos próximos anos, possibilitando um planejamento estratégico eficiente e alinhado com as necessidades da universidade e da comunidade acadêmica e o fato de encerramento do ciclo 2016 - 2025 pela Univasf, pretende-se subsidiá-lo na elaboração das metas estratégicas sobre sustentabilidade em consonância com as diretrizes A3P.

**Figura 1** - Esquemática do objetivo da pesquisa

Fonte: Elaboração própria (2023).

Esse documento está estruturado em seis seções, sendo este introdutório a primeira; Seção 2 - Fundamentação Teórica; Seção 3 – Metodologia; Seção 4 – Resultados e Discussão; Seção 5 – Produto Técnico e Tecnológico e Seção 6 – Considerações Finais

## 1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

Como promover uma análise da integração das diretrizes da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P) no próximo ciclo (2026) do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf), com o engajamento ativo e a participação dos servidores da instituição?

## 1.2 OBJETIVOS

### 1.2.1 Objetivo Geral

Promover uma análise da integração das diretrizes da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P) no próximo ciclo (2026) do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf), com o engajamento ativo e a participação dos servidores da instituição.

### 1.2.2 Objetivos Específicos

- Identificar a implementação de práticas sustentáveis, propostas a partir da adesão da Instituição à A3P.
- Averiguar o grau de internalização das práticas de sustentabilidade pelos servidores da Univasf no ambiente organizacional.

- Discutir o envolvimento dos servidores na atualização do PDI da Univasf no aspecto da sustentabilidade.

### 1.3 JUSTIFICATIVA

O desenvolvimento sustentável tem sido debatido em toda parte do mundo, com o intuito de promover ações que proporcionem a conscientização da importância desse tema para o planeta. No contexto nacional, o Ministério do Meio Ambiente (MMA), como uma de suas iniciativas, criou a Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P) que tem como finalidade, estimular as instituições públicas do país a adotarem práticas sustentáveis.

A Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf), lócus desta pesquisa, aderiu a A3P em 2016, porém, a sustentabilidade não se configura como um dos temas estratégicos presentes no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2016-2025 da instituição. Ao se pesquisar por esta palavra no PDI, foram identificadas dez citações distribuídas ao longo deste documento, contudo, a sustentabilidade aparece de forma pontual e adota a versão de senso comum, focalizando apenas na sua dimensão ambiental e com mais destaque nos aspectos de infraestrutura, como demonstrado no Quadro 1.

**Quadro 1** - Palavra sustentabilidade encontrada no PDI da Univasf.

<p><b>1. Introdução: um plano para os próximos 10 anos</b> Foram temas transversais às temáticas acima listadas: diversidade; inclusão; desenvolvimento econômico e social; contexto local e regional semiárido; internacionalização; e sustentabilidade.</p>
<p><b>TEMA ESTRATÉGICO - ENSINO DE GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO</b> <b>Objetivo 7:</b> Incentivar a implementação de disciplinas voltadas aos princípios de sustentabilidade ambiental nos cursos de graduação da Univasf. <b>Metas:</b> Implementar, nos próximos 10 anos, em 100% dos Projetos Pedagógicos dos Cursos da Univasf conteúdos voltados à sustentabilidade ambiental.</p>
<p><b>TEMA ESTRATÉGICO - EXTENSÃO, ARTE E CULTURA</b> <b>Objetivo 8:</b> Incentivar a implementação de projetos de extensão voltados aos princípios de sustentabilidade ambiental. <b>Metas:</b> Incentivar, que nos próximos 10 anos, pelo menos 5% das iniciativas de extensão abordem a problemática da sustentabilidade ambiental no semiárido.</p>
<p><b>TEMA ESTRATÉGICO – PESQUISA E INOVAÇÃO</b> <b>Objetivo 2:</b> Consolidar a Iniciação Científica, na Graduação, como ferramenta para o despertar e desenvolvimento da vocação em pesquisa, estreitando laços com a pós-graduação, com a Inovação Tecnológica e com diferentes instituições de fomento (públicas e privadas). <b>Metas:</b> Aprovar, até 2017, junto às instâncias competentes, um documento que sintetize uma política aperfeiçoada de apoio à iniciação científica e tecnológica, especialmente em termos de destinação de recursos institucionais, de vinculação às atividades curriculares do ensino de graduação e de responsabilidades docentes visando o processo de empreendedorismo e sustentabilidade.</p>
<p><b>TEMA ESTRATÉGICO: GESTÃO UNIVERSITÁRIA – Rádio e TV Caatinga</b> <b>Objetivo 4: INFRAESTRUTURA PREDIAL</b> <b>Metas:</b> Desenvolver um projeto específico para emissoras de Rádio e TV, atendendo as demandas e normas técnicas para energia, lógica e audiovisual, além das necessidades de acessibilidade e sustentabilidade;</p>
<p><b>3.5.7 Política de Infraestrutura</b> Sobre o prédio do NEMA, com cerca de 1,0 mil m<sup>2</sup>, este prédio foi construído de modo a atender as recomendações de sustentabilidade da Controladoria-Geral da União (CGU), para novas edificações do Governo Federal. Seguindo essa trajetória, as questões relacionadas ao aprimoramento da dimensão física, aos aspectos de sustentabilidade e de acessibilidade estão no cerne dos objetivos e metas traçados, neste PDI, para os próximos 10 anos de Univasf, conforme apresenta o Quadro 13, inserido mais adiante.</p>
<p><b>8.1 Informações Gerais sobre a Infraestrutura</b> A gestão da infraestrutura da Univasf, como se pôde observar através dos objetivos estratégicos já apresentados neste PDI, balizar-se-á pelo atendimento a princípios-chave como ampliação da acessibilidade e da sustentabilidade.</p>

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do PDI Univasf (2016-2025).

Dessa forma, a principal motivação para sustentar o presente estudo está na elaboração do novo ciclo do PDI, pois a sustentabilidade é um tema essencial a ser

considerado e principalmente neste momento de construção é necessário mostrar a importância da colaboração de todos os envolvidos nesse processo para garantir a eficácia e o sucesso das ações sustentáveis implementadas. Assim, é fundamental que os servidores participem ativamente na construção de um PDI que esteja alinhado com os princípios da sustentabilidade e promova um desenvolvimento consciente e responsável.

Tendo em vista que a autora é servidora da Univasf desde 2008, a intenção de contribuir para o desenvolvimento da instituição também interferiu na sua escolha e, é a partir desse ponto, que surgiu a necessidade de verificar o que está sendo feito pela instituição para que uma cultura de sustentabilidade nas atividades da universidade seja alcançada. Além disso, é interessante disseminar a importância da atualização do PDI no aspecto da sustentabilidade, buscando mecanismos mais efetivos de sensibilização e informação para os servidores, pois são eles que conhecem de perto as práticas e processos da instituição, podendo contribuir com ideias inovadoras e soluções sustentáveis.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A fundamentação teórica para esta pesquisa é constituída por autores que analisam e discutem questões sobre o Desenvolvimento Sustentável, Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P), Práticas Sustentáveis e Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), afinal, ao focalizar a interface entre tais questões se revelam como base para a abordagem a ser realizada.

### 2.1 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Por muito tempo, o consumo desenfreado dos recursos naturais foi visto apenas como desenvolvimento, sem haver uma preocupação direta com as consequências desse comportamento para as populações futuras. Para Rodrigues *et al.* (2019, p. 51) “[...] aquela visão sobre a natureza como algo sagrado e intocável cedeu lugar à concepção da natureza agora como apenas fornecedora de recursos naturais, como algo a ser explorado e dominado”.

A partir da revolução industrial, o uso dos recursos passou a ser cada vez mais intenso, devido à produção em larga escala, aumentando mais ainda essa problemática. Assim, conforme pontuam Rodrigues *et al.* (2019), a revolução industrial aumentou a demanda e, com isso, a consequente exploração dos recursos naturais, aliada ao consumo e descarte de resíduos, ocasionando a escassez dos recursos naturais, a poluição e a destruição ambiental, o que vem provocando preocupação em todo o mundo.

Para Ferreira (2021), o descaso com outras formas de capital (humano e natural) e o foco histórico no crescimento econômico, diante das crescentes desigualdades sociais, regionais e globais, têm impactado cada vez mais o meio ambiente. Diante disso, fez-se necessário que uma percepção sobre a degradação fosse considerada, de modo que se pudesse reverter o quadro de crise ambiental que estava se formando.

Esses problemas decorrentes do alto consumo, sem uma preocupação com as consequências para o meio ambiente, se intensificaram ao longo dos séculos, demandando medidas para seu enfrentamento. Dessa forma, a ideia de que é necessária a preservação da natureza para a continuidade da vida na terra obteve cada vez mais importância. Para Gomes e Ferreira (2018), o modelo de degradação

ambiental deve dar lugar a um novo modo de desenvolvimento, que visa a um equilíbrio entre os recursos ambientais e os meios de subsistência humanos, a fim de harmonizar os valores com os recursos que o ambiente fornece para todas as formas de vida, conservando-o para as gerações atuais e futuras.

Conforme o relatório Brundtland, da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD, 1991, p. 46), “[...] o desenvolvimento sustentável é aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades”.

Como antecedentes, faz-se importante mencionar o livro “Primavera Silenciosa”, publicado em 1962, por Rachel Carson, que alertou para o impacto negativo do uso de pesticidas e destacou a responsabilidade empresarial frente às questões ambientais. Nesta esteira, o Clube de Roma, fundado em 1968, pelo industrial italiano, Aurelio Peccei, e o cientista escocês, Alexander King, agregou vários empresários, cientistas e políticos e debruçou-se em discutir as questões do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável sobre os aspectos econômico, social e político. Este clube produziu o relatório “Os limites do crescimento” em 1972, destacando a finitude do planeta frente ao modelo de crescimento econômico, ora vigente, que apontou possíveis problemas ambientais futuros, enfatizando a necessidade urgente, desde aquele momento, de adotar um desenvolvimento equilibrado e sustentável (Cahn, O'Brien, 2015).

Desse modo, o paradigma da depredação ambiental precisa ceder lugar a um novo modelo de desenvolvimento, voltado para o equilíbrio dos recursos ambientais e da vida humana, de modo a sincronizar recursos e valores que venham a oportunizar a vida em todas as suas formas, de modo que o meio ambiente seja conservado para as populações atuais e futuras.

Foi em meados do século XX, quando, conforme discorrem Kasmin e Passini (2022), que o conceito de desenvolvimento sustentável começou a ser posto em pauta, mais especificamente em 1972, na Conferência Ambiental das Nações Unidas, em Estocolmo. Para Bursztyn e Bursztyn (2012, p. 81), percebe-se que, historicamente, partindo do *homo sapiens* até a revolução industrial, foram necessários milênios desde a pré-história, até que houvesse preocupação com a vulnerabilidade da natureza e se desse início a um debate público sobre o tema.

Para Ferreira (2021, p. 15), o economicismo arrogante e o fundamentalismo ecológico, deu lugar a uma terceira posição intermediária, a de que é necessário o

crescimento econômico, mas que seja de forma receptiva socialmente e posto em prática de maneira favorável ao meio ambiente.

Em 1992, o conceito de desenvolvimento sustentável se consolidou na Cúpula da Terra ou Rio 92, ocorrida no Rio de Janeiro-RJ, também chamado de Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), um evento em nível internacional organizado pela ONU. (ONU, 2020). Com a Rio 92, a consciência de que desenvolvimento e proteção ao meio ambiente não podem estar dissociados conduziu à criação de cinco documentos, sendo três instrumentos não obrigatórios e duas convenções, apresentados no Quadro 2.

**Quadro 2 - Principais documentos criados durante a Rio-92**

<b>DOCUMENTO</b>	<b>OBJETIVO</b>
Agenda 21	A Agenda 21, um documento de cerca de 800 páginas, sem valor jurídico impositivo, traça um plano global de ação, a ser implantado pelos governos, pelas instituições de desenvolvimento, pelos organismos das Nações Unidas e pelas ONGs, para tornar o desenvolvimento sustentável uma realidade no século XXI.
Convênio sobre a Diversidade Biológica (CDB)	Tem como objetivo a conservação e a utilização sustentável de seus componentes, e uma repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos, por meio do acesso a tais recursos e da transferência apropriada das tecnologias pertinentes e mediante financiamento adequado.
Princípios para a Gestão Sustentável das Florestas	Trata-se de um documento propositivo, não impositivo que enfatiza o princípio da soberania dos Estados, que têm o direito de explorar, utilizar e gerenciar os seus próprios recursos florestais, de acordo com a sua política ambiental, mas que devem estabelecer estratégias e políticas nacionais visando a sua gestão sustentável.
Declaração do Rio de Janeiro sobre meio ambiente e desenvolvimento	A Declaração do Rio sobre meio ambiente e desenvolvimento foi adotada por consenso e, embora não tendo valor jurídico direto, contribuiu para a consagração de certos princípios do desenvolvimento sustentável. Com importante alcance moral, político e às vezes operacional, o texto visava a guiar o comportamento dos Estados e mobilizar as sociedades.
Convênio sobre as mudanças climáticas	O objetivo da convenção é alcançar a estabilização das concentrações de gases de efeito estufa na atmosfera em um nível que limite a perturbação antrópica do sistema climático, dentro de um prazo suficiente para permitir que os ecossistemas se adaptem naturalmente à mudança climática. Estabelece, também, que a produção agrícola não deve ser ameaçada e o desenvolvimento econômico deve se dar de forma sustentável.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados extraídos de Bursztyn e Bursztyn (2013).

Dentre esses acordos, destaca-se a Agenda 21, por trazer um ponto novo e com uma relevância ímpar, conforme descreve a ONU (2020):

Mas a Agenda 21 foi além das questões ambientais para abordar os padrões de desenvolvimento que causam danos ao meio ambiente. Elas incluem: a pobreza e a dívida externa dos países em desenvolvimento; padrões insustentáveis de produção e consumo; pressões demográficas e a estrutura da economia internacional. O programa de ação também recomendou meios de fortalecer o papel desempenhado pelos grandes grupos – mulheres, organizações sindicais, agricultores, crianças e jovens, povos indígenas, comunidade científica, autoridades locais, empresas, indústrias e ONGs – para alcançar o desenvolvimento sustentável.

Segundo Santos e Weber (2020), as questões associadas a essa nova perspectiva de desenvolvimento centram-se na economia para além da criação de riqueza, visto que incluem preocupações com a conservação dos recursos naturais, a qualidade de vida, o bem-estar e a igualdade social.

Essa visão global da necessidade de utilizar os recursos de forma equilibrada, promovendo o crescimento econômico, mas preservando a natureza, exprime a relação entre crescimento econômico, conservação ambiental e preocupação social. Começando com uma conscientização da sociedade sobre os impactos causados pelo uso insustentável dos recursos naturais, enfatiza-se a importância de três princípios: econômicos, ambientais e sociais, também chamados três pilares ou dimensões da sustentabilidade. Santos e Weber (2020, p. 252-253) os definiu da seguinte forma:

Social: envolve o capital humano de uma empresa, a comunidade, bem-estar dos funcionários no ambiente de trabalho e para suas famílias, salários justos, questões gerais da sociedade como saúde, educação, lazer; Ambiental: ações para amenizar impactos no meio ambiente, utilização de recursos naturais de forma equilibrada, bem como maneiras de repor estes recursos, adequação às leis ambientais, gestão de resíduos, redução/mitigação de poluentes no ar e Econômico: distribuição e consumo de bens, levando em conta os outros dois aspectos.

Nessa perspectiva, as três dimensões — social, ambiental e econômica — correspondem a aspectos distintos que devem ser considerados no interior de uma organização: preocupando-se com a qualidade de vida no ambiente laboral, a qualidade do meio ambiente e, ainda, a igualdade de renda entre homens e mulheres e o consumo consciente dos recursos disponíveis para utilização.

Nesse contexto, Ferreira (2021, p. 92) aponta que, “muito embora, inicialmente, o desenvolvimento social (DS) refletisse, preferencialmente, as três dimensões expostas, na verdade, a realidade é complexa, difícil de compreender e de abarcar, razão pela qual se alargaram as dimensões de análise”.

De acordo com Sachs (2002), o termo sustentabilidade, muitas vezes utilizado apenas na dimensão ambiental, possui em seu entendimento diversas outras, enumeradas por ele como sustentabilidade social, ecológica, cultural, territorial, econômica, política nacional e internacional. Destaca-se que esse é o conceito adotado neste estudo.

Várias conferências e eventos importantes vêm acontecendo no mundo, desde a inicial em Estocolmo. Dentre esses encontros, na Cúpula do Desenvolvimento Sustentável, ocorrida em Nova York, na sede da ONU, em 2015, os países membros determinaram os novos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), os quais são parte de uma nova agenda, conhecida como Agenda 2030 (ONU, 2020). Os 17 objetivos da Agenda estão listados no Quadro 3.

**Quadro 3** - Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

<b>OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL</b>	
Objetivo 1	Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares
Objetivo 2	Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável
Objetivo 3	Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades
Objetivo 4	Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos
Objetivo 5	Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas
Objetivo 6	Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos
Objetivo 7	Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos
Objetivo 8	Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos
Objetivo 9	Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação
Objetivo 10	Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles
Objetivo 11	Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros,

	resilientes e sustentáveis
Objetivo 12	Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis
Objetivo 13	Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos
Objetivo 14	Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável
Objetivo 15	Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade
Objetivo 16	Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis
Objetivo 17	Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável

Fonte: Elaboração própria a partir de dados extraídos de ONU (2015, p.18)

Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) representam um ato global que visa guiar a humanidade para o enfrentamento dos principais problemas mundiais. Conforme expressam Gomes e Ferreira (2018, p. 172):

Os ODS representam um notável avanço no que diz respeito à proteção ambiental, crescimento econômico, desenvolvimento social, proteção dos povos e promoção dos direitos humanos, pois evidenciam um mecanismo conjugado de esforços e práticas cotidianas tendentes a promover o bem-estar das presentes gerações sem mitigar o bem-estar das gerações futuras, de modo a promover a justiça intergeracional.

Contudo, verifica-se a necessidade de medidas que garantam a sustentabilidade, mais especificamente no setor público, por meio de políticas públicas que versem sobre o tema. A próxima seção trata sobre a implementação da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P), um programa desenvolvido pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA).

## 2.2 AGENDA AMBIENTAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (A3P)

O Brasil possui diversas leis ambientais, apesar disso, apresenta problemas quanto à sua aplicação e fiscalização. Para Vargas (2021), em tese, a legislação ambiental brasileira é considerada uma das mais abrangentes e progressistas; no entanto, tais medidas ainda são implementadas de forma desmembrada, com pouca

interação com a sociedade, utilizadas de forma desarticulada pelos governos locais e agências governamentais e por setores como educação e economia, o que impede a manutenção da eficiência na gestão ambiental.

Nessa conjuntura, conforme dispõe Leite (2021), o setor público, sendo um consumidor de recursos naturais, é cobrado para que atue como responsável pelas suas próprias ações socioambientais e não apenas como fiscalizador e regulador das empresas privadas.

Com as questões socioambientais gerando uma preocupação global, a União precisa intervir através da criação de políticas e programas que favoreçam o desenvolvimento de competências cidadãs, exercendo sua responsabilidade socioambiental, tão necessária para a sustentabilidade.

Sendo assim, uma de suas ações foi a criação pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), em 1999, do projeto Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P), ainda de forma não oficial, tornando-se oficialmente um Programa dois anos depois (Pinto, 2022).

Destinado aos órgãos públicos das três instâncias: federal, estadual e municipal e aos três poderes da República: executivo, legislativo e judiciário, o Programa A3P é uma agenda voluntária sem norma nem sanção imposta para quem não segue as suas diretrizes. (Brasil, 2017a). É um programa com o intuito de estimular práticas sustentáveis nos órgãos públicos. Sua adoção demonstra o interesse do órgão em alcançar eficiência na atividade pública e, ao mesmo tempo, promover a proteção ambiental. (Brasil, 2021).

De acordo com Brasil (2017b), a A3P tem como um de seus suportes a política dos 5 Rs: Repensar sobre o consumo imprescindível bem como os padrões de produção e descarte desse produto; Recusar o consumo desnecessário; Reduzir consumindo menos e com menor geração de resíduos com produtos de maior durabilidade; Reutilizar reaproveitando o que estiver em bom estado e Reciclar transformando em matéria-prima para novo ciclo de produção.

Segundo o Brasil (2017, p. 12), estão entre os principais objetivos da A3P:

Promover a adoção de atitudes e procedimentos que levem ao uso racional de recursos naturais e dos bens públicos, com a redução de gastos institucionais; Incorporar os critérios da gestão socioambiental nas atividades rotineiras dos servidores públicos de todas as esferas da administração pública; Contribuir para revisão dos padrões de produção e consumo e para a adoção de novos referenciais de sustentabilidade no

âmbito da administração pública; Reduzir a destinação inadequada de resíduos sólidos; Estimular a ética e autoestima entre os servidores públicos; Minimizar os impactos ambientais das construções pública.

Existem duas formas de se tornar parceiro da A3P: por meio do Termo de Adesão à A3P ou por fazer parte da Rede A3P. Segundo o Ministério do Meio Ambiente (MMA), o Termo de Adesão é a formalização da parceria entre o órgão e o MMA, enquanto a Rede A3P funciona como um canal de comunicação informal criado pelo MMA para a troca de informações, experiências e divulgação de eventos, entre outros (MMA, [s.d.]).

Desse modo, para Pinto (2022, p. 42): “[...] a decisão em adotá-la representa um dos principais recursos disponíveis para incentivar toda a sociedade a se tornar adepta das práticas sustentáveis, enquanto a própria instituição pública alcança internamente as metas socioambientais definidas”. A A3P está estruturada em seis eixos temáticos, representados no Quadro 4, com suas respectivas características.

**Quadro 4 - Eixos Temáticos da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)**

<b>EIXO TEMÁTICO</b>	<b>CARACTERÍSTICAS</b>
<b>Uso racional dos recursos naturais e bens públicos</b>	Usar racionalmente os recursos naturais e bens públicos implica em usá-los de forma econômica e racional evitando o seu desperdício. Este eixo engloba o uso racional de energia, água e madeira além do consumo de papel, copos plásticos e outros materiais de expediente.
<b>Gestão de resíduos gerados</b>	A gestão adequada dos resíduos passa pela prevenção e redução na geração de resíduos, tendo como proposta a prática de hábitos de consumo sustentável e um conjunto de instrumentos para propiciar o aumento da reciclagem e da reutilização dos resíduos sólidos (aquilo que tem valor econômico e pode ser reciclado ou reaproveitado) e a destinação ambientalmente adequada dos rejeitos (aquilo que não pode ser reciclado ou reutilizado).
<b>Qualidade de vida no ambiente de trabalho</b>	A qualidade de vida no ambiente de trabalho visa facilitar o rendimento do servidor na organização por meio da melhoria dos aspectos de ergonomia, conforto, bem-estar, entre outros, no local de trabalho.
<b>Sensibilização e capacitação dos servidores</b>	A sensibilização busca criar e consolidar a consciência cidadã da responsabilidade socioambiental nos servidores. O processo de capacitação contribui para o desenvolvimento de competências institucionais e individuais fornecendo oportunidade para os servidores desenvolverem atitudes para um melhor desempenho de suas atividades.
<b>Compras públicas sustentáveis</b>	A administração pública deve promover a responsabilidade socioambiental das suas compras. Licitações que levem à aquisição de produtos e serviços sustentáveis são importantes não só para a conservação do meio ambiente, mas também porque

	apresentam uma melhor relação custo/benefício a médio ou longo prazo quando comparadas às que se valem do critério de menor preço.
<b>Construções, reformas e ampliações sustentáveis</b>	Construção sustentável é um conceito que denomina um conjunto de medidas adotadas durante todas as etapas da obra que visam a sustentabilidade da edificação. Através da adoção dessas medidas é possível minimizar os impactos negativos sobre o meio ambiente, além de promover a economia dos recursos naturais e a melhoria na qualidade de vida dos seus ocupantes.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados extraídos de MMA – Curso de capacitação Sustentabilidade na Administração Pública (2017).

A Univasf aderiu à A3P em 2016, recebendo o certificado de adesão em 2017. Como essa adesão possui duração de 5 anos, foi renovada em 2021, de forma que continua participante do Programa. (Univasf, 2021).

Na próxima seção, busca-se conhecer práticas sustentáveis alinhadas às diretrizes da A3P.

### 2.3 PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS

A Administração Pública deve adotar práticas sustentáveis alinhadas aos eixos da A3P para promover a conscientização e ações em prol da sustentabilidade. Essas práticas colaboram para a preservação do meio ambiente e para a promoção de um ambiente de trabalho ecoeficiente e mais sustentável. A adoção dessas práticas não apenas contribui para a preservação do meio ambiente, mas também gera benefícios sociais e econômicos a longo prazo (Brasil, 2017).

Nesse contexto, as práticas sustentáveis apresentadas pela A3P são sistêmicas, desde o uso racional dos recursos naturais e bens públicos, gestão adequada de resíduos gerados, qualidade de vida no ambiente de trabalho, sensibilização e capacitação dos servidores, compras públicas e construções sustentáveis, chegando até a promoção de um ambiente de trabalho mais saudável e ecologicamente equilibrado. Assim, na sequência desta seção, lista-se condutas que devem ser incorporadas ao cotidiano das instituições públicas, baseados nos questionários aplicados por Pinto (2022) em referência aos eixos da A3P.

Quanto ao uso dos recursos naturais e bens públicos pode-se listar que quando os servidores não estiverem presentes na sala por período prolongado, devem adotar a prática de apagar a luz, desligar o ar condicionado, bem como, fechar portas e janelas quando ele estiver ligado e desligar os monitores; também

pode-se citar imprimir ou fazer cópias dos documentos em frente e verso, utilizar papel reciclado, reutilizar papéis, substituir documento impresso por digital; substituir a utilização de copos descartáveis e utilizar a tecnologia de videoconferência quando possível. Em pesquisa semelhante, Pinto (2022), afirma que ações simples podem ser integradas a outras medidas de segurança, salientando que uma campanha para conscientização pode ser eficaz para aprimorar essas práticas. Ainda nesse contexto, Solano (2022, p. 90), em sua pesquisa sobre o deslocamento de pessoal, ratifica a importância de campanhas de conscientização quando afirma em seus resultados que “também merecem destaque a capacitação de pessoal para direção veicular eficaz e a promoção de campanha educativa para melhorar a relação entre pedestres e usuários de bicicletas e veículos automotores”.

Em relação à gestão adequada de resíduos gerados, pode-se incentivar coleta seletiva e reciclagem, descartar o lixo de acordo com o tipo de resíduo, reutilizar e identificar materiais ociosos para reaproveitamento em outros setores. Apesar da importância da destinação correta dos resíduos, em contraponto, Corrêa e Heemann (2016, p. 78) ao estudar os danos ecológicos causados pelos descartes de copos descartáveis, sugere que “a quantidade de resíduos gerada pelo consumo de copos descartáveis pode ser minimizada pela adoção de uma estratégia de substituição”; o mesmo autor ainda complementa que “uma substituição desse tipo pode culminar na redução do uso de matéria-prima para sua fabricação (petróleo), na redução de custos relativos à compra de copos novos, ao descarte dos usados, entre outros” (Corrêa; Heemann, 2016, p. 74).

De acordo com Silva e Negreiros (2020, p. 473) “a qualidade de vida no trabalho (QVT) é definida como a reunião de ações que visam o bem-estar dos trabalhadores”. Podemos dizer que essas ações incluem práticas como o aproveitamento de habilidades do servidor, atividades de integração, campanhas de incentivo à atividades físicas, culturais e de lazer, promoção de programas de orientação médica e nutricional, mobiliários e equipamentos com ergonomia adequada, controle adequado da jornada de trabalho, ambiente de trabalho limpo e arejado, informações acessíveis e apropriadas às pessoas deficientes ou com mobilidade reduzidas e estímulo à educação continuada e à capacitação.

Considerando que “devido à evolução constante das tecnologias e ao ritmo sempre mais acelerado de atividades, os ambientes de trabalho passam a ser uma segunda casa” (Sá, 2021, p. 58), tornando necessário que seja agradável a

permanência durante todo expediente. Nesse contexto, outro fator que promove bem-estar ao servidor é a arborização e o paisagismo, que além da beleza e de preservar os elementos da natureza presentes no local de trabalho, “funcionam como antídoto natural contra ilhas de calor e a poluição do ar; removem carbono da atmosfera, contribuindo para o equilíbrio climático; protegem o solo; promovem segurança hídrica; previnem enchentes; protegem a fauna; e impactam positivamente a saúde humana” (Pradella; Silva; Nisi, 2015, p. 6).

Sensibilização e capacitação dos servidores públicos em relação à sustentabilidade é essencial para promover uma administração pública mais eficiente, responsável e comprometida com o bem-estar dos cidadãos. Para isso, cita-se a importância de campanhas de sensibilização de servidores com promoção de palestras, reuniões, oficinas e exposições visando a adoção de práticas sustentáveis e diminuição do desperdício, divulgação de informativos sobre temas de sustentabilidade com experiências bem-sucedidas e progressos alcançados pela instituição e capacitação usada para adoção de práticas sustentáveis promovendo o conhecimento da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P). Dessa forma, Monteiro (2018) afirma ser imprescindível uma mudança de atitude na relação com o meio ambiente, em todas as esferas da sociedade. Isso requer a implementação e melhoria de ações e políticas voltadas para o desenvolvimento dos servidores públicos, capacitando-os e conscientizando-os sobre sua responsabilidade socioambiental dentro e fora da organização.

Para licitações sustentáveis é importante que os materiais adquiridos pela Instituição possuam padrões de sustentabilidade (provenientes de materiais recicláveis, oriundos de empresas da comunidade local ou formados por materiais que agridam menos ao meio ambiente), “nesse sentido, uma empresa que tenha comprometimento e responsabilidade ambiental, sempre mantém um diálogo transparente com os funcionários, produtores e consumidores, assim viabilizando uma melhor atuação e decisão empresarial” (Leite, 2021, p. 25).

Por fim, quanto ao eixo construções sustentáveis, pode-se buscar privilegiar a ventilação natural, visando à redução do uso do ar-condicionado e da utilização de lâmpadas, favorecer a utilização de divisórias em áreas internas, em vez de paredes, objetivando maior flexibilidade de uso dos prédios e utilizar fontes alternativas de energia, como a energia solar e a energia eólica. É necessário destacar que uma construção para ser de fato sustentável, tem de ser analisada o

local em que será executada, pois o que vale para uma região pode ser diferente da outra.

Uma arquitetura sustentável deve, fundamentalmente, levar em conta o espaço na qual será implantada. Os aspectos naturais são de extrema importância para se projetar, assim, algumas soluções aplicadas a uma construção no campo podem não ser sustentáveis em outra na cidade e vice-versa. Por exemplo, na primeira hipótese pode-se pensar em utilizar materiais do lugar (madeira, pedra, terra etc.), pois pode ficar muito caro optar por peças industrializadas, além dos impactos ambientais diretos e indiretos (Silva et al. 2017, p. 92 e 93).

Importante ressaltar que os exemplos apresentados em todos os eixos, são sugestões, pois cada instituição tem a liberdade de criar ações e planos sustentáveis adaptados às suas necessidades específicas.

## 2.4 PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PDI)

O Brasil, ao longo dos anos, vem mostrando interesse em melhorar a qualidade do ensino no país. De acordo com a Lei n. 9.131/95, o Conselho Nacional de Educação (CNE) foi instituído para ter “atribuições normativas, deliberativas e de assessoramento ao Ministro de Estado da Educação e do Desporto, de forma a assegurar a participação da sociedade no aperfeiçoamento da educação nacional” (Brasil, 1995, p. 1). Esse Conselho criou várias diretrizes e políticas, com o intuito de orientar e nortear as Instituições educacionais e, por meio da Lei n. 10.861, de 14 de abril de 2004, instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), que visa à:

[...] melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional. (Brasil, 2004, np).

Conforme estabelecido pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), o objetivo da avaliação das instituições de educação superior é identificar seu perfil e significado de atuação. Nesse sentido, o Art. 3º, inciso I, do

SINAES destaca a obrigatoriedade da apresentação da missão e do plano de desenvolvimento institucional pelas instituições avaliadas (Brasil, 2004).

Em virtude de sua importância, diversas leis incluem o PDI em seu texto. Sant'Ana *et al.* (2017) demonstram uma síntese dessa legislação (Quadro 5).

**Quadro 5 - Síntese da Legislação que trata sobre o PDI**

LEGISLAÇÃO	OBJETO	REFERÊNCIA	IMPLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO SOBRE O PDI
Portaria MEC nº 1.466/2001, de 12/07/2001	Autorização de curso fora de Sede.	Art. 4	Pedidos de autorização devem ter como documentação o PDI, dentre outros.
Resolução CNE/ CES 10, de 2002	Dispõe sobre o credenciamento, transferência de mantença, estatutos e regimentos de instituições de ensino superior, autorização de cursos de graduação, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, normas e critérios para supervisão do ensino superior do Sistema Federal de Educação Superior.	Art. 6; Art. 7	O PDI deve ser desenvolvido conjuntamente entre a mantenedora e a mantida; apresenta listagem dos documentos que devem ser incluídos no PDI; coloca o PDI como requisito aos atos de credenciamento e credenciamento das IES; pode ser exigido no âmbito das ações de supervisão realizadas pela SESu/MEC; e deve sofrer aditamento no caso de modificações.
Portaria MEC nº 7, de 19/03/2004	Aditamentos por modificações no PDI.	Art. 1º	Alterações devem ser atualizadas no Sistema SAPIENS em virtude de inclusão e exclusão de cursos, ensejando alterações no PDI.
Portaria nº 2.051, de 09/07/2004	Regulamenta os procedimentos de avaliação do SINAES.	Art. 15	As Comissões Externas de Avaliação das Instituições examinarão, dentre outros documentos: I - O (PDI).
Decreto nº 5.224/2004, de 01/10/2004	Dispõe sobre a organização dos CEFETs que se tornaram IFs (Institutos Federais).	Art. 17 §5; Art. 21	Credenciamento dos IFs condicionado à apresentação do PDI e a indicadores institucionais de desempenho.
Portaria MEC nº 4.361, de 29/12/2004	Processos a serem protocolados junto ao Sistema de Acompanhamento de Processos das Instituições de Ensino Superior - SAPIEnS/MEC.	Art. 1; Art. 3; Art. 14 ; § 3	Necessidade do PDI para o credenciamento e credenciamento das IES; PDI e seus aditamentos.
Decreto nº 5.622, de 19/12/2005	Regulamenta o art. 80 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.	Art. 12; Art. 26, II, alínea a	Necessidade do PDI para pedido de credenciamento da instituição; necessidade de constar no PDI vínculos para a oferta de cursos e programas a distância em bases territoriais múltiplas.
Decreto nº 5.773/2006, de 09/05/2006	Supervisão e Avaliação das IES e seus Cursos.	Art. 15; Art. 16	PDI como documento obrigatório no processo de credenciamento; apresenta elementos que devem constar no PDI.
Portaria Normativa MEC nº 2, de 10/01/2007	Procedimento de regulação e avaliação da educação superior - modalidade a distância.	Art. 3 §6	Cursos de EAD ofertados pelas instituições dos sistemas federal e estaduais devem estar previstos no PDI apresentado pela instituição, por ocasião do credenciamento.
Portaria normativa N° 40, de 12/12/2007	Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação da educação superior no sistema federal de educação.	Art. 2 §1; Art. 15 §5; Art. 26; Art. 46; Art. 57; Art. 57 §5; Art. 59	Análise dos dados inseridos no PDI pela Comissão de Avaliação durante visita <i>in loco</i> ; necessidade do curso a ser autorizado constar no PDI; PDI como documento indispensável para o pedido de credenciamento para EAD; mudanças no PDI tramitem como aditamento ao ato de credenciamento ou credenciamento; pedido de credenciamento de campus fora de sede envolverá mudanças no PDI.

Resolução CNE/ CES nº 3, de 14/10/2010	Regulamenta o Art. 52 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e dispõe sobre normas e procedimentos para credenciamento e recredenciamento de universidades do Sistema Federal de Ensino.	Art. 3; Art. 6	O credenciamento como universidade deve observar a compatibilidade do PDI e do Estatuto com a categoria de universidade, além de destacar a necessidade de inserir, eletronicamente em campo determinado, o PDI, dentre outros documentos.
Resolução nº 1, de 11 de Março de 2016	Estabelece Diretrizes e Normas Nacionais para a Oferta de Programas e Cursos de Educação Superior na Modalidade a Distância.	Art. 2º §1º; Art. 5 §1e §3; Art. 6; Art. 7 § 4; Art. 9 § 3; Art. 10; Art. 14 § 1; Art. 16; Art. 17; Art. 25 § 1º	Necessidade de constar no PDI a modalidade educacional definida pela IES; os polos de EaD e a distinção entre polos; a expansão de cursos e polos EaD deverá estar subordinada aos termos do PDI; as IES deverão estabelecer, em seu PDI/PPI, a previsão detalhada de áreas, cursos e programas de educação a distância; nos processos de credenciamento para EaD deverá constar o PDI.

Fonte: Sant'ana et al. (2023, p.11-14).

Nesse sentido, para Fonseca et al. (2023), pode-se concluir que o planejamento estratégico nas universidades federais, representado pelo Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), desempenha um papel essencial na gestão de uma organização pública, partindo da análise das normas legais juntamente com o poder gerencial da administração pública.

Conforme observado no site da Univasf (2017), o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) é um mecanismo obrigatório, por meio do qual as instituições da educação superior, sejam elas públicas ou privadas, expressam seus princípios, diretrizes e objetivos, porém com diferenças entre os objetivos das Instituições de Ensino Superior (IES) públicas e privadas. Nesse contexto, Sant'Ana et al. (2017, p. 08) afirmam que “[...] tal diferença traz dificuldades no delineamento de formas de mensuração dos resultados das IES, sendo indispensável reconhecer as suas peculiaridades no momento de elaborar o planejamento estratégico”.

Para Dias, Souza, Vieira (2017), o planejamento estratégico da instituição desempenha um papel central na definição dos objetivos. Durante esse processo, são realizadas análises minuciosas das ameaças e oportunidades presentes no ambiente externo, bem como dos pontos fortes e fragilidades do ambiente interno. Além disso, são estabelecidos os referenciais estratégicos, tais como a missão, a visão e os valores da organização, juntamente com metas e ações específicas que impulsionarão o seu sucesso.

Essa definição da identidade institucional, ou seja, de como a universidade pretende ser reconhecida no meio acadêmico e na sociedade, envolve a elaboração da missão, visão e valores, que devem estar alinhados com as demandas da região em que a universidade está inserida. A Univasf tem como missão, visão e valores:

**Missão:** Ofertar, com excelência, atividades de ensino superior, extensão, pesquisa e inovação em diversas áreas do conhecimento, na sua região de atuação e em consonância com as demandas de interesse público.

**Visão:** Ser uma Universidade reconhecida, nacional e internacionalmente, pela excelência da sua oferta de Educação Superior e da sua atuação em defesa da cidadania e do desenvolvimento regional.

**Valores:** Zelo pela atuação ética e responsável; Compromisso com o conhecimento enquanto elemento de transformação e Disposição para a Inovação (Univasf, 2017).

O PDI atual da Univasf possui um período de vigência de nove anos (2016 a 2025), sendo os objetivos e metas institucionais apresentados por meio de 11 temas estratégicos (Figura 2).

**Figura 2 - Temas Estratégicos PDI Univasf**



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do PDI Univasf (2017).

A Univasf está em fase de elaboração no novo ciclo do PDI, dessa forma, faz-se necessário que seja avaliada a possibilidade de inclusão da sustentabilidade como meta estratégica, propiciando um acompanhamento do que está sendo feito pela instituição nessa área específica, pois, conforme Sant'Ana et al. (2017), o PDI é

um plano para aprimorar e monitorar a implementação das ações estratégicas definidas pela Instituição de Ensino Superior (IES), além de ser um instrumento de gestão pública. De acordo com Neves et al. (2020), as instituições são conduzidas a pensar estrategicamente e, com isso, não podem deixar de discutir um dos temas mais importantes atualmente, que é a busca pelo Desenvolvimento Sustentável (DS).

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) é uma ferramenta necessária para o planejamento das instituições de ensino.

A partir da sua elaboração, é possível acessar informações relevantes que auxiliarão na manutenção da competitividade das IES públicas e possibilita melhor controle dos recursos financeiros, viabilizando o investimento em áreas relevantes para a melhoria do desempenho institucional (Sant'Ana et al. 2017, 91).

Neste contexto, verifica-se que a relação entre o planejamento, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e a sustentabilidade é fundamental para garantir o sucesso e a continuidade das ações de uma instituição. O planejamento é o processo de estabelecer metas, objetivos e estratégias para alcançar um determinado fim. O PDI, por sua vez, é um documento que sistematiza essas metas e estratégias de desenvolvimento da instituição a longo prazo e a sustentabilidade, refere-se à capacidade de uma instituição de se manter e prosperar ao longo do tempo, sem comprometer os recursos naturais e o meio ambiente.

Portanto, a relação entre o planejamento, o PDI e a sustentabilidade são cruciais para garantir que as ações da instituição sejam planejadas de forma estratégica e sustentável, levando em consideração não apenas os aspectos econômicos, mas também os sociais e ambientais.

**Figura 3** – Relação Planejamento, PDI e Sustentabilidade



Fonte: Elaboração Própria (2024).

Em seu tema estratégico Infraestrutura, o PDI da Univasf, apresenta metas referentes ao Plano de Logística Sustentável (PLS). A Instrução Normativa nº 10, de 12 de novembro de 2012, estabelece regras para elaboração desse Plano e em seu art. 11, inc. III, lista a A3P como uma das iniciativas que poderão ser observadas na elaboração dos PLS. Esse Plano possibilita a implementação de práticas de sustentabilidade e otimização de despesas e procedimentos, sendo uma ferramenta de planejamento com objetivos e responsabilidades claras, ações específicas, metas definidas, prazos de execução e mecanismos de controle e avaliação (Univasf, 2024). O primeiro PLS da Univasf, que consta em seu sítio eletrônico, foi elaborado em 2016, renovado mais duas vezes, sendo o último com vigência 2023-2025.

### 3 METODOLOGIA

Após o referencial teórico, aborda-se nesta seção a metodologia, que conforme discorre Almeida (2021, p. 9) “é a aplicação de métodos e procedimentos que auxiliarão na observação, na aplicação, na coleta de dados, para que se chegue a um resultado, e/ou a comprovação, podendo ser utilizada em diversas categorias da sociedade.”

Conforme Gil (2002, p. 17), “a pesquisa é desenvolvida mediante o concurso dos conhecimentos disponíveis e a utilização cuidadosa de métodos, técnicas e outros procedimentos científicos”. Dessa forma, nesta parte do estudo, serão descritos os passos adotados para alcançar os objetivos propostos, sendo dividido em cinco subseções a seguir delineadas: tipo de pesquisa, locus de estudo, instrumentos de coleta e participantes, análise dos dados e aspectos éticos.

#### 3.1 TIPO DE PESQUISA

Há diferentes tipos de pesquisa, e cada qual assume uma classificação a partir do modo pelo qual o pesquisador irá desenvolvê-la. Para a classificação deste estudo, mobilizar-se-á, aqui, os seguintes aspectos: abordagem, natureza, objetivos e procedimentos (Almeida, 2021).

A abordagem utilizada neste estudo será mista. Para Almeida (2021, p. 108-109) “o argumento central desse método de análise está na combinação de vantagens das análises quantitativas e qualitativas em um desenho de pesquisa único”.

No tocante à natureza, a pesquisa é classificada como básica, a qual, no entendimento de Almeida (2021, p.30) “visa o progresso da ciência com o intuito de adquirir novos conhecimentos científicos, não preocupando-se com a sua aplicação prática, sendo generalista, buscando construir principalmente teorias e leis”.

Em relação aos objetivos, o estudo tem caráter descritivo, considerando que para Gil (2002, p. 42) “[...] uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática”; e exploratória, visto que conforme Almeida (2021, p. 31) “a pesquisa exploratória necessita de um planejamento flexível, levantamento

bibliográfico, entrevistas, análises de exemplos; podendo ser encontrada em forma de pesquisa bibliográfica e estudos de caso”.

Quanto aos procedimentos, esta pesquisa caracteriza-se como documental.

### 3.2 LÓCUS DE ESTUDO

O estudo em questão foi conduzido na Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf), uma universidade federal localizada no interior do nordeste brasileiro. Foi a primeira universidade federal a ser construída do zero, após a Universidade de Brasília (UNB) em 1962, e com abrangência em três estados: Pernambuco, Bahia e Piauí. A Univasf possui diversos campi distribuído nas cidades de Petrolina (PE), onde está localizada a sede e o campus de Ciências Agrárias, além de Juazeiro (BA), São Raimundo Nonato (PI), Senhor do Bonfim (BA), Paulo Afonso (BA) e Salgueiro (PE). Atualmente possui 38 cursos de graduação, sendo 33 presenciais e cinco na modalidade de Educação à Distância (EAD). Também possui 19 cursos de mestrado, cinco doutorados e 13 especializações, sendo 11 de Ensino à Distância. (Univasf, 2024).

Uma das principais razões para realizar a pesquisa na sede administrativa, além da conveniência logística, é a facilidade de acesso às informações relevantes para a pesquisa. Como esse setor é responsável por todas as atividades da universidade, é mais provável que possua dados e informações completas sobre os projetos, programas e atividades em curso. A sede administrativa é o setor responsável por coordenar e gerenciar todas as atividades da universidade, garantindo que todas as informações sejam centralizadas e compartilhadas adequadamente. Portanto, ao realizar a pesquisa nesse local, é possível obter informações atualizadas e precisas.

### 3.3 INSTRUMENTOS DE COLETA E PARTICIPANTES

Fizeram parte da pesquisa os servidores da Univasf do campus Petrolina (sede) que abriga a administração superior, divididos em dois grupos, sendo o primeiro os comissionados dos departamentos responsáveis pelas tomadas de decisão que envolvem os *campi* e após os demais servidores (Docentes e Técnicos-administrativos).

Neste estudo, a primeira etapa da coleta, foi uma pesquisa documental a qual analisou documentos como o PDI. Em sua segunda etapa, foi realizada a aplicação de entrevistas com roteiro semiestruturado, uma vez que entrevistas sem estrutura, nas quais os participantes falam livremente, sem nenhum tipo de intervenção, não são recomendadas pois “resulta num acúmulo de informações difíceis de analisar que, muitas vezes, não oferecem visão clara da perspectiva do entrevistado” (Roesch, 1999, p.159). Por fim, uma terceira etapa através da aplicação de entrevistas estruturadas.

A escolha pela técnica de entrevista semiestruturada ocorreu em função de proporcionar ao entrevistador melhor compreensão do ponto de vista dos entrevistados. Dessa forma, os participantes escolhidos para essa etapa, foram os gestores nas áreas relacionadas aos seis eixos temáticos da A3P e de monitoramento das metas estratégicas do PDI da Univasf. Assim, foram convidados os responsáveis pela Diretoria de Desenvolvimento Institucional, Prefeitura Universitária, Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, Diretoria de Compras e Licitações e Diretoria de Obras e Orçamentos (Quadro 6).

**Quadro 6** – Departamentos da Univasf que integraram a pesquisa

<b>EIXO TEMÁTICO A3P/PDI</b>	<b>GESTORES RESPONSÁVEIS</b>
Monitoramento PDI	Diretoria Desenvolvimento Institucional
Uso racional dos recursos naturais e bens públicos	Prefeitura Universitária
Gestão adequada dos recursos gerados	
Qualidade de vida no ambiente de trabalho	Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas
Sensibilização e capacitação dos servidores	
Licitações sustentáveis	Diretoria de Compras e Licitações
Construções sustentáveis	Diretoria de Obras e Orçamentos

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Essas entrevistas foram compostas por perguntas aplicadas a todos os participantes e outras específicas relacionadas à área de trabalho do gestor. (APÊNDICE A). As entrevistas tiveram duração média de 30 minutos e foram gravadas em áudio pelo notebook e posteriormente transcritas, para então serem analisadas.

Na terceira etapa, o instrumento de coleta de dados foi a entrevista com roteiro estruturado aplicada aos servidores (Docentes e Técnicos-administrativos),

do Campus Petrolina (sede). (APÊNDICE B). As perguntas utilizadas nas entrevistas foram adaptadas do questionário utilizado por Peixoto (2019) em sua pesquisa intitulada “Práticas sustentáveis: estudo de caso em uma instituição pública de ensino superior” e Pinto (2022) “Aderência às práticas organizacionais de Sustentabilidade trazidas pela A3P na Justiça Federal de Pernambuco”, incluindo a elas, questionamentos sobre PDI.

Em levantamento, solicitado pela pesquisadora através de e-mail, ao Departamento de Administração de Pessoas (DAP), o universo de servidores do campus sede é de 217 docentes e 279 técnicos-administrativos, totalizando 496 servidores.

Os participantes foram contatados pessoalmente pela pesquisadora, no período de 12 de fevereiro a 25 de abril de 2024. Optou-se pela técnica de amostragem não probabilística por conveniência. Nesse tipo de amostra, “o pesquisador seleciona os elementos a que tem acesso, admitindo que esses possam, de alguma forma, representar o universo. Aplicamos esse tipo de amostragem em estudos exploratórios ou qualitativos, em que não é requerido elevado nível de precisão” (Prodanov; Freitas, 2013, p. 98). Dessa forma, obteve-se a quantidade de 162 respondentes.

### 3.4 ANÁLISE DOS DADOS

Os dados qualitativos, coletados através de entrevistas semiestruturadas, foram analisados por meio da abordagem da análise de conteúdo. Bardin (2016, p. 48) define a análise de conteúdo como:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

As categorias foram construídas, centradas nos seis eixos prioritários da A3P e no PDI, conforme demonstrado no Quadro 7.

**Quadro 7 - Categorias e Temas**

<b>CATEGORIA</b>	<b>TEMAS</b>
Uso racional dos recursos naturais e bens públicos	Consumo de papel, copos plásticos; Consumo de energia e água; Uso de materiais/recursos que possam causar impacto ambiental significativo;
Gestão de resíduos gerados	Coleta e destinação de resíduos nos seus diversos prédios (resíduos recicláveis, tecnológicos, obras, pilhas e baterias); Destinação e reaproveitamento de material ocioso.
Qualidade de vida no ambiente de trabalho	Ações de qualidade de vida no ambiente de trabalho; Aproveitar habilidades e desenvolver capacidades dos servidores; Fomentar a liberdade de expressão, privacidade pessoal e tratamento imparcial entre servidores; Controle adequado da jornada de trabalho; Elementos da natureza no local de trabalho;
Sensibilização e capacitação dos servidores	Promoção de palestras, reuniões, oficinas, divulgação de informativos; Estímulo a educação continuada e a capacitação; Sensibilização e capacitação dos servidores e gestores relacionadas ao tema de sustentabilidade;
Compras públicas sustentáveis	Bens e serviços ambientalmente sustentáveis; Sustentabilidade ambiental nas compras públicas.
Construções, reformas e ampliações sustentáveis	Incentivo e promoção; Conceito de sustentabilidade; Iniciativas de iluminação natural, ventilação cruzada, estação de tratamento de efluentes, captação de águas de chuva, reutilização de resíduos de construção, tetos verdes para captação de águas pluviais, reuso de águas cinzas, etc.
Plano de Desenvolvimento institucional (PDI)	Novo ciclo do (PDI); Sustentabilidade como Meta estratégica; Diretrizes da A3P; Equipe; Engajamento dos servidores; Comunicação e compartilhamento de avanços nas metas. Orçamento.

Fonte: Elaboração Própria (2024).

Quanto aos dados, provenientes das entrevistas com roteiro estruturado aplicadas aos servidores da Univasf, foram reunidos e organizados em tabelas, gráficos e textos explicativos, de modo a possibilitar a interpretação dos dados quantificados por meio de Estatística Descritiva.

As análises documentais, das entrevistas semiestruturadas e estruturadas, foram feitas de forma concomitante, buscando alcançar os objetivos propostos. Por fim, o Quadro 8 apresenta o desenho desta pesquisa.

**Quadro 8 - Desenho da pesquisa**

<b>DESENHO DA PESQUISA</b>			
<b>PROBLEMA/QUESTÃO</b>	Como promover uma análise da integração das diretrizes da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P) no próximo ciclo (2026) do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf), com o engajamento ativo e a participação dos servidores da instituição?		
<b>TIPO DE PESQUISA</b>	<b>Abordagem</b> - Mista <b>Natureza</b> - Básica <b>Objetivos</b> - Descritiva e exploratória		
<b>LOCAL</b>	Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf)		
<b>PARTICIPANTES</b>	Gestores e servidores (Docentes e Técnicos-administrativos).		
<b>OBJETIVO GERAL</b>	Promover uma análise da integração das diretrizes da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P) no próximo ciclo (2026) do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), da Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf), com o engajamento ativo e a participação dos servidores da instituição.		
<b>OBJETIVOS ESPECÍFICOS</b>		<b>Instrumento de Coleta de Dados</b>	<b>Técnica de Tratamento de Dados</b>
1	-Identificar a implementação de práticas sustentáveis, propostas a partir da adesão da Instituição à A3P.	Pesquisa documental Entrevistas semiestruturadas	Análise documental e análise de conteúdo
2	-Averiguar o grau de internalização das práticas de sustentabilidade pelos servidores da Univasf no ambiente organizacional.	Entrevistas estruturadas e semiestruturadas	Estatística Descritiva e análise de conteúdo
3	-Discutir o envolvimento dos servidores na atualização do PDI da Univasf no aspecto da sustentabilidade.	Resultados alcançados com pesquisa documental, entrevistas semiestruturadas e estruturadas	Análise documental, Análise de conteúdo e Estatística Descritiva.

Fonte: Elaboração própria (2023).

### 3.5 ASPECTOS ÉTICOS

Este estudo obteve aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos (CEP) do Hospital Universitário da Universidade Federal do Vale do São Francisco (HU/Univasf), no dia 26 de janeiro de 2024, sob número do Parecer:

6.625.645, cumprindo-se assim, os princípios éticos constantes na Resolução n.º 510, de 07 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Saúde, já que se trata de pesquisa com seres humanos e, conforme menciona Carvalho et. al. (2019, p. 64), “somente depois da aprovação pelo Comitê de Ética é que a pesquisa poderá ser realizada”.

Ainda no que se refere aos aspectos éticos, foi obtida a Carta de Anuência junto à autoridade institucional competente demonstrando a aprovação para realização da pesquisa e permitiu o acesso aos dados e informações necessários, demonstrando que a pesquisa foi conduzida de forma ética e em conformidade com as regulamentações institucionais (ANEXO A).

Vale mencionar que todos os participantes, foram informados dos riscos e benefícios constantes no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para que saibam do que se trata a pesquisa evitando dessa forma que a privacidade seja invadida, uma vez que é sem dúvida um procedimento antiético, podendo ser visto como superação desse problema a solicitação do consentimento dos informantes (Gil, 2002). Apenas após o consentimento deles, assinando o termo, é que foi dado início às entrevistas. (APÊNDICE C)

Com a finalidade de preservar a identidade dos participantes, seus nomes foram suprimidos, sendo denominados P1, P2, P3, P4 e P5, o que possibilitou limitar a identificação dos participantes apenas à pesquisadora e a sua orientadora.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção, são abordados os dados coletados, as interpretações realizadas e as conclusões decorrentes das análises efetuadas à luz do objetivo geral de promover uma análise da integração das diretrizes da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P) no próximo ciclo (2026) do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf), com o engajamento ativo e a participação dos servidores da instituição.

Está dividida em três subseções baseadas de acordo com os objetivos propostos e das teorias discutidas ao longo do estudo, tendo como primeira subseção a implementação de práticas sustentáveis propostas a partir da adesão da instituição à A3P; após, é analisado o grau de internalização das práticas de sustentabilidade pelos servidores da Univasf no ambiente organizacional e finalizando com o envolvimento dos servidores na atualização do PDI da Univasf no aspecto da sustentabilidade.

### 4.1 IMPLEMENTAÇÃO DE PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS PROPOSTAS A PARTIR DA ADESÃO DA INSTITUIÇÃO À A3P.

Esta seção propõe adentrar nos meandros da implementação de práticas sustentáveis na Univasf, a partir de sua adesão à Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P).

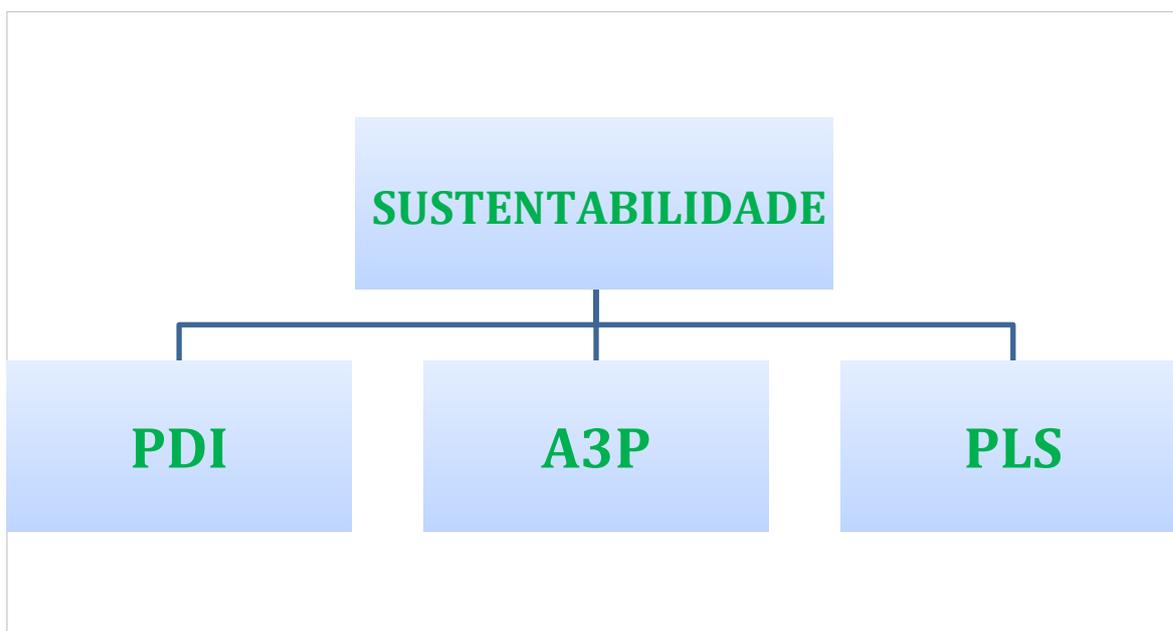
A concomitância do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) em vigência, do primeiro Plano de Logística Sustentável (PLS) e da adesão à Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) pela Univasf no ano de 2016 revela um compromisso conjunto com a promoção da sustentabilidade dentro da instituição.

Esses marcos representam um alinhamento estratégico importante, evidenciando a preocupação da Univasf em incorporar práticas sustentáveis não apenas em suas atividades administrativas, mas também em suas ações acadêmicas, reafirmando seu compromisso com o desenvolvimento sustentável e a preservação do meio ambiente. Esse compromisso vem sendo renovado à medida que a A3P foi renovada em 2021 e o PLS foi atualizado para o período 2023-2025. Quanto ao PDI, foco deste estudo, ele está finalizando esse decênio (2016-2025) e iniciando os trabalhos para construção de um novo; então, justamente nesse ponto

que se faz necessário que a sustentabilidade não seja debatida de forma pontual, mas sim como parte de um processo contínuo.

Nesse contexto, a instituição possui ferramentas capazes de promover ações que resultem na elaboração de práticas sustentáveis na comunidade acadêmica e a partir desse ponto, pode-se fazer uma relação entre PDI - A3P - PLS, constante na figura 4.

**Figura 4** – Relação entre PDI, A3P e PLS



Fonte: Elaboração própria (2024).

Como dito, o novo ciclo do PDI ainda está em construção, nesta data de junho de 2024, e a sustentabilidade só aparece de forma pontual, por isso ainda não pode ser traçada uma relação atual entre essas três ferramentas quanto às práticas sustentáveis, mas pode fazê-lo quanto às diretrizes da A3P e os objetivos do PLS. Inicialmente, deve-se deixar claro que um não substitui o outro.

O PLS não substitui a A3P, e vice-versa, mas são agendas que se complementam. O PLS possui um escopo bem amplo e estratégico, pois é um instrumento de governança que irá definir as diretrizes estratégicas para as contratações e logística no âmbito do órgão/entidade, além de nortear a elaboração do plano de contratações anual, dos estudos técnicos preliminares e dos anteprojetos, projetos básicos e termos de referência de cada contratação. Cabe a cada órgão/entidade decidir se a equipe da A3P também será responsável pelo PLS, mas é importante que haja uma formalização para que as atribuições fiquem bem definidas (Brasil, 2023).

A citação explica sobre cada órgão decidir quanto a equipe da A3P e PLS serem a mesma, porém, quando indagados sobre equipe de servidores encarregada

de monitorar, avaliar e cuidar das práticas de sustentabilidade na Univasf, quatro dos cinco gestores entrevistados não tiveram certeza quanto à existência dessa equipe, mas citaram ter conhecimento de uma coordenação que foi destituída.

Então, eu sei que tinha uma coordenação que antes ficava vinculada à PROPLADI, que tinha essa linha, né, da sustentabilidade. E depois que essa coordenação deixou de existir, eu não percebi mais algo como antes, que eles compartilhavam cartilhas, orientações. Eram notícias assim, orientações de maneira constante mesmo, né? Tinha um site deles também, que eles colocavam umas notícias e tudo. Mas depois que essa coordenação deixou de existir, eu não percebo mais tanto como antes (P1).

[...] Então, como já é uma coisa bem antiga, eu acredito que tenha essas comissões na universidade. Eu particularmente não tenho conhecimento, justamente por essa questão de divulgação, porque eu não tenho conhecimento, mas eu creio que sim (P2).

[...]Eu não sei de nada, não sei, não sei se tem ou se não tem [...] (P4).  
Se existe essa equipe especificamente, eu não conheço, até acredito que exista, mas de fato não conheço. E assim, eu estou aqui há 15 anos [...], e se ela existe, é dada tão pouca divulgação que a gente acaba não conhecendo (P5).

Apenas o gestor responsável pela área pôde responder com precisão que não há uma equipe definida para isso.

[...] A DDI é uma diretoria e dentro dela deveria ter essa coordenação. Mas essa coordenação foi destituída. [...] Agora imagina a lacuna que isso criou, né? [...] mas para responder assim, de forma absoluta, sua pergunta, não teria uma equipe consolidada para isso. A gente está tentando fazer isso (P3).

A Coordenação de Gestão Ambiental (CGA), referida pelos gestores, fazia parte da Diretoria de Desenvolvimento Institucional (DDI) e de acordo com a Instrução Normativa nº 04, de 01 de abril de 2019, em seu art. 19, tinha as competências de assessorar a Diretoria de Desenvolvimento Institucional (DDI) nas atividades de Sustentabilidade Ambiental da Univasf, atuar junto ao Comitê Gestor do Programa Univasf Sustentável e dar suporte na elaboração dos relatórios de programas e projetos conduzidos pela Diretoria de desenvolvimento Institucional. Essa Coordenação ainda permanece na instrução normativa, apesar de ter sido extinta, conforme informado pelo gestor P3, através da Portaria nº 320 de 11 de maio de 2022, ficando a cargo da própria DDI, cuidar das pautas da sustentabilidade: “atualmente só tem eu, o diretor, [...] e um terceirizado, que era o

estagiário quando eu cheguei. [...] a gente fez uma correria para tentar contratar como terceirizado” (P3).

Essa extinção pode ser vista como um retrocesso, pois a sustentabilidade é uma pauta ampla e necessária que não pode ser encarada como secundária. Além disso, a falta dessa equipe e um quadro reduzido de servidores atuando nessa pauta, dificulta a execução de ações para consequente sensibilização de toda comunidade acadêmica na busca pela adoção de práticas sustentáveis, ratificado pela gestora (P1), uma vez que ela cita a importância das atividades da extinta coordenação quando indagada sobre seu conhecimento da A3P: “[...] no momento, eu me considero com um conhecimento muito baixo dessa agenda [...] acho que ela precisa realmente ser dada mais publicidade [...]. Ela já foi lá atrás, ela já foi bem divulgada, como eu te falei com essas ações dessa coordenação” (P1).

Recapitulando à implementação de práticas sustentáveis, pode-se traçar um alinhamento entre o Plano de Logística Sustentável da Univasf e os eixos da A3P. O PLS é composto por 9 temas que “remetem aos aspectos de boas práticas no consumo de itens e bens” (PLS, 2023, p. 7). Em alinhamento realizado nesta pesquisa, cada tema foi incluído em seu respectivo eixo da A3P, conforme Quadro 9.

**Quadro 9** - Alinhamento Eixos A3P e PLS-Univasf

<b>EIXOS TEMÁTICOS A3P</b>	<b>OBJETIVOS PLS - Univasf</b>	<b>TEMAS PLS- Univasf</b>	<b>INICIATIVAS PLS-Univasf</b>
Uso racional dos recursos naturais e bens públicos	Divulgar e promover a prática do uso racional dos recursos financeiros, humanos e ambientais na Univasf;	Racionalização do uso de papel A4, do uso de copos descartáveis, do uso de cartuchos para impressão, da Energia elétrica, Água e esgoto e Deslocamento de pessoal	-Realizar <b>campanha continuada de sensibilização</b> para redução do consumo de papel; -Acompanhamento da distribuição de papel pelo Almoxarifado na Univasf; - <b>Incentivar</b> o uso continuado de papel reciclado nas impressões; - <b>Incentivar</b> a realização de impressão frente e verso; -Realização de <b>campanha</b> continuada de <b>sensibilização</b> para redução do consumo de copos descartáveis;
Gestão de resíduos gerados;	Fortalecer a parceria existente com as Cooperativas de Resíduos Recicláveis e a Univasf.	Coleta seletiva/gerenciamento de resíduos sólidos	-Acompanhamento da distribuição de copos pelo Almoxarifado na Univasf; -Realizar <b>campanha continuada de sensibilização</b> visando à economia de tinta e toner (modo econômico);
Qualidade de vida no ambiente de	X	Qualidade de vida no ambiente de trabalho	-Acompanhamento da distribuição de toner e cartuchos de impressora pelo

trabalho;			Almoxarifado na Univasf;
Sensibilização e capacitação dos servidores;	X	X	<b>-Promoção continuada da conscientização</b> do uso racional de energia;
Compras públicas sustentáveis;	Avaliar e aprimorar os processos envolvendo contratações e compras, respeitando as particularidades local, regional e nacional;	Compras e contratações sustentáveis	<b>-Orientar de forma continuada</b> servidores acerca do uso racional dos ar-condicionados;
Construções sustentáveis.	Realizar estudos para a adequação das instalações existentes e avaliar as especificações para as novas instalações, para promover o melhor aproveitamento dos recursos naturais, dentro das possibilidades financeiras existentes.	X	<b>-Incentivar de forma continuada</b> o aproveitamento da luz natural;
			<b>-Promover oficinas</b> sobre como economizar água para o pessoal da limpeza;
			<b>-Promover de forma continuada</b> campanhas voltadas para economia de água nos Campi;
			-Estudar a viabilidade do reaproveitamento das águas pluviais nos Campi;
			<b>-Promover de forma continuada</b> eventos sobre sustentabilidade
			<b>-Campanhas</b> sobre como descartar corretamente resíduos perigosos;
			-Reativar coleta de óleo;
			-Descarte das lâmpadas fluorescentes;
			-Pacote sustentabilidade (dias de ação dos diversos campi);
			<b>-Campanha continuada</b> de coleta de pilhas e baterias;
			-Firmar novo convênio com as cooperativas de resíduos recicláveis;
			-Arborização com espécies da caatinga;
			-Construção de espaços de convivência;
			-Copos descartáveis biodegradáveis;
			-Reiniciar projeto Caneca Sustentável;
			<b>-Incentivar</b> o uso dos meios eletrônicos de comunicação, evitando deslocamentos desnecessários dos servidores;
			<b>-Incentivar</b> o uso de bicicletas como meio de locomoção inter e intra câmpus.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do PLS-Univasf (2023-2025).

Vale salientar, que embora não haja um tema nem objetivo que se inclua especificamente no eixo sensibilização e capacitação da A3P, a grande maioria das iniciativas para alcançar os objetivos traçados no PLS são através da capacitação e sensibilização, conforme destacado no Quadro 9. O PLS lista várias práticas sustentáveis como iniciativas, porém, a questão é se realmente estão sendo implementadas.

Conforme verificado por Roza et al. (2022), a Univasf possui uma página própria, em seu sítio eletrônico, relacionada às questões da Agenda e a vários temas relativos à sustentabilidade, com diversas informações com relação aos planos, ações, projetos e parcerias.

**Figura 5 - Ações Site Univasf**

<b>Univasf</b>	1. Ações e programas de extensão no âmbito socioambiental: Centro de Conservação e Manejo de Fauna (CEMAFAUNA CAATINGA) Centro de Referência para a Recuperação de Áreas Degradadas (CRAD); Núcleo de Ecologia e Monitoramento Ambiental (NEMA); Projeto Escola Verde Univasf Sustentável (PEV);
	2. No Espaço Plural Órgão Ligado à Pró-Reitoria de Extensão tem a Horta Comunitária; Sisteminha Embrapa; Sistema Agrofloresta
	3. Programa Univasf sustentável;
	4. Plano de logística sustentável;
	5. Coleta seletiva solidária;
	6. Banco de ideias;
	7. Campanhas Univasf sustentável;
	8. Campanha de arrecadação de EPIs;
	9. Caneca sustentável;
	10. Coleta de óleo;
	11. Coleta de pilhas e baterias;
	12. Campanhas de conscientização de servidores, funcionários terceirizados, estudantes e comunidade externa;
	13. Cartilha Univasf sustentável;
	14. Página própria Univasf sustentável no site da universidade;
	15. Termo de cooperação técnica com Ong e cooperativas de catadores para a realização da coleta seletiva.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados de Roza et al. (2022).

A Figura 5 demonstra essas ações relacionadas às práticas sustentáveis, encontrados no site da Univasf, porém, segundo os autores, não se pode afirmar que estas práticas estão atualizadas e em andamento.

Uma limitação que pode ser destacada para execução e continuidade dessas ações pode estar na questão orçamentária citada pelos gestores P3 e P5 quando indagados sobre as principais dificuldades enfrentadas para a implantação de práticas sustentáveis.

“Então eu acho que isso é uma prática que começa pela gestão e aí eu acho que a dificuldade grande é de orçamento, né, porque essas coisas não são fáceis de a gente implementar” (P4).

“Então, acho que o principal desafio é orçamentário, porque a parte de adesão, ainda que as pessoas não estejam mobilizadas ativamente, envolvidas com sustentabilidade, elas vão aderindo se o setor aderir, se a instituição aderir, né? [...] Se a administração fizer a sua parte eu acho que os colaboradores vão se engajar, entendeu? Eu acho que mais difícil realmente é orçamento” (P3).

Neste contexto, pode-se constatar que a instituição possui iniciativas que buscam inserir na comunidade acadêmica práticas de sustentabilidade, porém, não se pode afirmar que estão sendo implementadas de forma efetiva pelo órgão.

Na próxima seção pretende-se verificar se as práticas encontradas estão tendo o resultado esperado através da sua internalização pelos servidores.

## 4.2 GRAU DE INTERNALIZAÇÃO DAS PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE PELOS SERVIDORES DA Univasf NO AMBIENTE ORGANIZACIONAL.

Nesta seção, são abordados os dados coletados, iniciando com o perfil dos respondentes, seguido dos eixos da A3P: uso racional dos recursos naturais e bens públicos, gestão adequada de resíduos gerados, qualidade de vida no ambiente de trabalho, sensibilização e capacitação, compras públicas sustentáveis e construções sustentáveis.

### 4.2.1 Perfil dos respondentes

Na análise dos dados coletados obtidos nas 162 entrevistas, verifica-se que há uma discreta prevalência de respondentes que se reconhecem do gênero feminino com um total de 52,5% (n = 84). Em relação à faixa etária, a maioria dos participantes está na faixa de 41 a 50 anos de idade, com 43,8% (n = 77). Referente ao grau de escolaridade, a maioria dos respondentes possui especialização 41,4% (n = 67), seguido de mestrado com 30,2% (n = 49) e doutorado 19,1% (n = 31). Os respondentes com ensino médio totalizam 1,9% (n = 3) e os de graduação 7,4% (n = 12).

### 4.2.3 Uso racional dos recursos naturais e bens públicos

Este eixo, de acordo com Brasil (2017), engloba o uso racional de energia, água e madeira além do consumo de papel, copos plásticos e outros materiais de expediente, de forma econômica e racional evitando o seu desperdício.

**Tabela 1 - Eixo “Uso racional dos recursos naturais e bens públicos”**

	<b>Nunca</b>	<b>Raramente</b>	<b>Às vezes</b>	<b>Frequentemente</b>	<b>Sempre</b>
Apaga a luz ao término do expediente ou quando se ausenta por período prolongado.	0%	1,2%	2,5%	13%	83,3%
Desliga o ar-condicionado ao término do expediente ou quando se ausenta por período de tempo prolongado.	0%	1,9%	1,9%	14,8%	81,5%
Fecha portas e janelas quando o ar-condicionado está ligado.	0,6%	0,6%	3,7%	17,3%	77,8%
Desliga os monitores do seu setor quando faz uma pausa para descanso.	6,8%	10,5%	22,8%	24,7%	35,2%
Imprime ou faz cópias dos documentos em frente e verso.	3,7%	16,7%	25,3%	31,5%	22,8%
Utiliza papel reciclado em substituição ao papel branco	34,6%	31,5%	17,9%	8,6%	7,4%
Reutiliza papéis para fazer bloco de anotações/rascunho	1,9%	4,3%	17,9%	25,9%	50,0%
Substitui a utilização de documento impresso por digital.	0,6%	1,2%	11,1%	53,1%	34,0%
Substitui a utilização de copos descartáveis por copos, garrafas, canecas ou xícaras de material durável	0,6%	1,9%	12,3%	34,6%	50,6%
Utiliza ou observa o uso da tecnologia de videoconferência para reduzir o deslocamento desnecessário da frota oficial de veículos da instituição.	4,3%	6,2%	24,1%	40,1%	25,3%

Fonte: Dados da pesquisa. Elaboração própria (2024).

Ao analisar os resultados presentes na Tabela 1, referentes ao consumo de energia, ao responderem a perguntas sobre apagar a luz, desligar o ar condicionado, fechar portas e janelas quando o ar condicionado está ligado e desligar os monitores, verifica-se que os servidores possuem práticas de economicidade em sua rotina diária, respondendo em sua maioria, sempre fazer essa práticas, respectivamente 83,3%, 81,5%, 77,8% e 35,2%, apesar desse último não ter atingido um percentual tão significativo quanto os demais.

Em relação ao uso de papel, percebe-se que diferente do consumo de energia, as práticas não são sempre utilizadas, obtendo-se nos questionamentos a

resposta “frequentemente” referente a imprimir ou fazer cópias em frente e verso (31,5%) e substituir documento impresso por digital (53,1%), com exceção de reutilizar papéis para fazer bloco de anotações que manteve “sempre” na maioria das respostas com 50%. Destaque para a pergunta quanto ao uso de papel reciclado em substituição ao papel branco, na qual a maioria respondeu “nunca” fazer uso dessa prática, com 34,6%. A falta de oferta de resmas de papel reciclado na instituição pesquisada, pode ter contribuído para que este hábito não fosse incorporado à rotina dos entrevistados.

Ao se pesquisar em compras feitas pela instituição nos últimos 5 anos, encontra-se que a Univasf tentou adquirir papel reciclado no Pregão 5/2019, item 71, 150 unidades, porém o item foi cancelado no julgamento, por ter valores acima do estimado. Posteriormente, no Pregão 28/2021, item 66, 200 unidades, porém o item foi cancelado no Julgamento, pois não atendeu as especificações e ficou acima do valor estimado. Essas informações foram obtidas nos termos de adjudicação que constam nos processos nº 23402.00578/2019-57 e nº 23402.030837/2021-99, respectivamente, disponíveis no Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos (SIPAC).

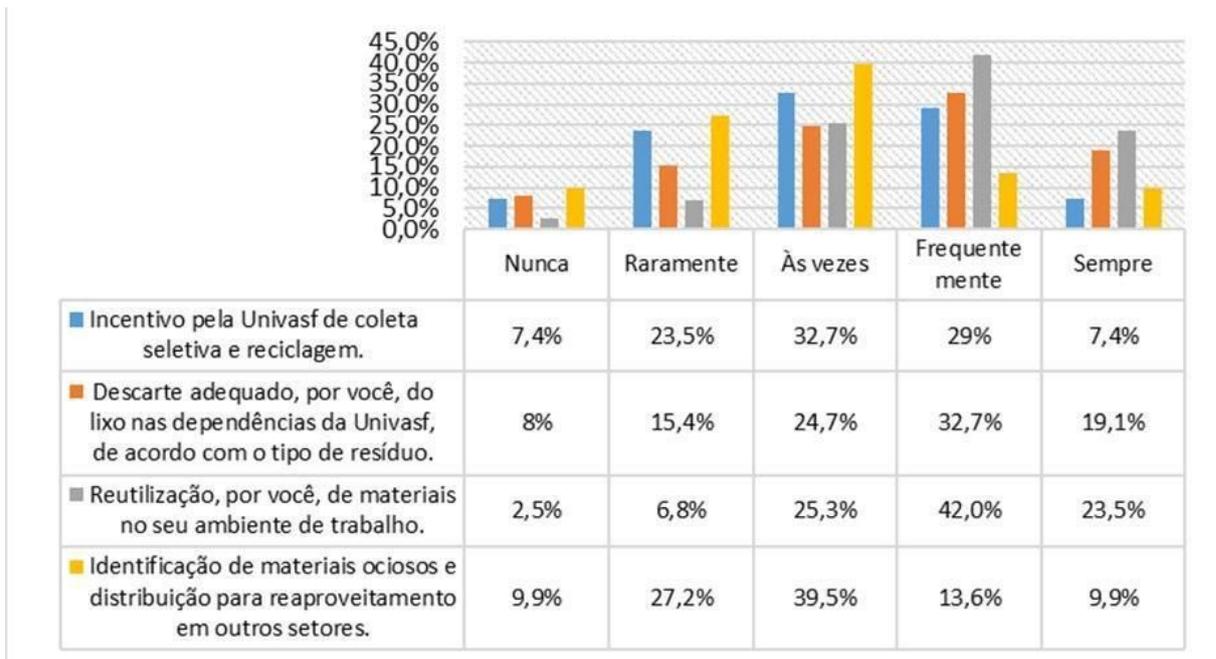
Apesar da Univasf, possuir o interesse em comprar esse tipo de papel, conforme descrito nos pregões, não se pode afirmar que caso ele seja ofertado, seria uma prática incorporada à instituição, visto que, nesse aspecto, Pinto (2022), ao analisar sobre a utilização de papel reciclável em seu estudo, pontuou que foi observado pelos gestores que os usuários enfrentam problemas ao utilizá-lo nas impressoras disponíveis na época. Por esse motivo, a administração decidiu interromper o incentivo ao uso desse tipo de papel.

Quando perguntado quanto à substituição de copos descartáveis por copos, garrafas, canecas ou xícaras de material durável, a grande maioria respondeu sempre fazer uso dessa prática, com 50,6% dos entrevistados, seguido de frequentemente, com 34,6%. Destaca-se o número baixo de “nunca” (0,6%) e “raramente” (1,9%). Corrêa e Heemann (2016) em pesquisa sobre o uso de copos descartáveis afirma que “por serem fabricados a partir de uma matéria-prima não renovável, o consumo despreocupado desses copos descartáveis pode ser interpretado como ausência de preocupação ambiental”. Dessa forma, esta conduta de substituição dos copos mostra que há alguma preocupação dos servidores quanto ao uso desse material.

Outra questão importante é sobre a utilização da tecnologia de videoconferência para reduzir o deslocamento desnecessário da frota oficial de veículos da instituição, que possui uma adesão significativa, uma vez que a maioria respondeu “frequentemente” (40,1%), com uma baixa quantidade de respostas “raramente” (6,2%) e “nunca” (4,3%). Consoante a este resultado, Solano (2022, p. 82), em pesquisa sobre o deslocamento de pessoal mais sustentável, cita a Univasf como uma das UF’s que possuem ações referentes a esse tema, incluindo na categoria Conscientização Ambiental, uma das que realiza campanhas educativas de incentivos à utilização dos meios eletrônicos de comunicação (videoconferência, envio eletrônico de documentos), também inclui entre as que realizam campanhas de incentivo ao uso de transportes alternativos e coletivos (caronas, bicicletas), tal fato respalda a intenção de incorporação dessa prática entre os servidores da instituição.

#### **4.2.4 Gestão adequada de resíduos gerados**

A gestão adequada de resíduos gerados é de extrema importância para a preservação do meio ambiente e para a saúde da população. A forma como se lida com o descarte de resíduos pode ter um impacto significativo no ecossistema e na qualidade de vida das pessoas. Quando os resíduos não são geridos de forma adequada, podem causar diversos problemas, como a contaminação do solo e da água, a poluição do ar, a proliferação de doenças e a degradação do meio ambiente. Além disso, o acúmulo de resíduos pode resultar em enchentes e deslizamentos de terra, causando prejuízos materiais e humanos. Nesse sentido para Brasil (2017, p. 39) “é muito importante que os órgãos públicos definam e adotem mecanismos para destinação adequada dos resíduos gerados, aproveitando para promover a internalização do conceito dos 5Rs [...] nos mais diversos órgãos e instituições da administração pública”.

**Gráfico 1** - Eixo “Gestão adequada de resíduos gerados”

Fonte: Dados da pesquisa. Elaboração própria (2024).

Conforme demonstrado no Gráfico 1, tem-se que os servidores em sua maioria percebem condutas promovidas na instituição para gestão adequada de resíduos gerados, tendo respondido “frequentemente” adotarem as condutas sobre descarte adequado do lixo nas dependências da Univasf e reutilização de materiais no seu ambiente de trabalho, com respectivamente 32,7% e 42%, além de “às vezes” perceberem incentivo pela Univasf de coleta seletiva e reciclagem com 32,7% e identificação de materiais ociosos e distribuição para reaproveitamento em outros setores (39,5%). Em relação aos dois últimos listados, destaca-se a quantidade elevada de servidores que responderam “raramente” adotarem essas condutas.

Tal fato pode ser motivado pela falta de conhecimento de programas de gerenciamento de resíduos na instituição, uma vez que o site da Univasf (Figura 1) informa algumas ações nessas áreas disponíveis na instituição, como coleta seletiva

solidária, coleta de óleo, coleta de pilhas e baterias e termo de cooperação técnica com ONG e cooperativas de catadores para a realização da coleta seletiva. Tais ações podem não estar em vigor ou faltam campanhas de divulgação para os servidores. Em pesquisa semelhante em uma empresa de copos descartáveis, Corrêa e Heemann (2016, p. 78) dizem que “a adoção dessa estratégia de sustentabilidade demandaria a participação de toda a empresa e das empresas terceirizadas. Uma campanha permanente de conscientização de funcionários também seria necessária”.

#### **4.2.5 Qualidade de vida no ambiente de trabalho**

Este eixo representa a importância em ter um ambiente que proporcione bem-estar físico, emocional e social aos servidores. Isso inclui um ambiente seguro, saudável e confortável, oportunidades de desenvolvimento profissional, equilíbrio entre vida pessoal e profissional, boa comunicação e relacionamento entre colegas e gestores, políticas de benefícios e incentivos, entre outros aspectos. Conforme define Brasil (2017, p. 13) “a qualidade de vida no ambiente de trabalho visa facilitar o rendimento do servidor na organização por meio da melhoria dos aspectos de ergonomia, conforto, bem-estar, entre outros, no local de trabalho”.

Um dos fatores que promove conforto e bem-estar, encontra-se na arborização e paisagismo. Como resultados tem-se que ao perguntar com que frequência os entrevistados observam que a Univasf se preocupa com a preservação dos elementos da natureza presentes no prédio de seu local de trabalho, por meio de ações de arborização e paisagismo, obteve-se que a maioria respondeu perceber às vezes, com 37%, porém a quantidade que declarou raramente perceber preocupação da instituição, atingiu um número próximo (24,7%). Quanto ao paisagismo, o resultado dos que responderam às vezes e raramente, ficou com a mesma média de 35,2%. Esse resultado demonstra que o tratamento à arborização e ao paisagismo pela instituição, não se dá de forma a tornar perceptível pelos servidores, uma vez que não teve uma maioria expressiva. Apesar de que, para Pradella; Silva; Nisi (2015, p.13):

A percepção da população sobre o papel da arborização urbana é bastante diversificada. Há aqueles que veem a presença das árvores, em frente de suas residências, como um incômodo a ser evitado, em função de “sujeira”

nas calçadas, entupimento de calhas e telhados, enquanto outros valorizam seu papel no sombreamento das casas, atração de pássaros e beleza cênica.

Por outro lado “...para que haja equilíbrio ambiental e para uma sadia qualidade de vida, é essencial que as pessoas sejam sensibilizadas e conscientizadas a respeito da relevância de se fazer arborização urbana” (Pradella; Silva; Nisi, 2015, p.77)”.

Outro fator importante, presente neste eixo, diz respeito às práticas de gestão de pessoas voltadas para o bem-estar, desenvolvimento e qualidade de vida dos colaboradores, visando a eficiência, integração, saúde, segurança, acessibilidade e crescimento profissional dentro da instituição. Perguntou-se a frequência com que percebem as seguintes condutas presentes na Tabela 2.

**Tabela 2** – Eixo “Qualidade de vida no ambiente de trabalho”

	Nunca	Raramente	Às vezes	Frequentemente	Sempre
Aproveitamento eficiente, pela instituição, das habilidades do servidor.	4,3%	13,6%	44,4%	35,8%	1,9%
Promoção de atividades de integração no local de trabalho.	4,3%	23,5%	46,3%	22,8%	3,1%
Promoção de campanhas de incentivo à realização de atividades físicas, culturais e de lazer.	10,5%	35,8%	42,6%	11,1%	0,0%
Promoção de programas de orientação médica e nutricional.	9,3%	32,1%	37,7%	17,9%	3,1%
Mobiliários e equipamentos com ergonomia adequada.	19,8%	32,1%	26,5%	19,8%	1,9%
Controle adequado da jornada de trabalho, no intuito de evitar o baixo comprometimento ou o excesso de trabalho.	11,1%	15,4%	32,1%	33,3%	8%
Manutenção do ambiente de trabalho de forma limpa e arejada.	1,2%	4,9%	11,7%	58,6%	23,5%
Instalações da Univasf acessíveis e apropriadas às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.	3,1%	9,9%	41,4%	37%	8,6%
Estímulo à educação continuada e à capacitação.	0,6%	6,8%	22,8%	56,2%	13,6%

Fonte: Dados da pesquisa. Elaboração própria (2024).

Ao analisar os resultados, verifica-se que os servidores percebem condutas promovidas na instituição para promoção da qualidade de vida no ambiente de

trabalho, respondendo “às vezes” ou “frequentemente” em sua maioria, com exceção apenas da pergunta sobre mobiliários e equipamentos com ergonomia adequada, na qual responderam perceber raramente a adoção dessa conduta pela instituição, com um percentual de 32,1%. Apesar de nem sempre o mobiliário ser fator de destaque quando se trata de qualidade de vida no trabalho, sua importância é destacada por Sá (2021, p. 67).

O uso da Ergonomia como instrumento metodológico deve ser incorporado às práticas dos empregadores visando o bem-estar e saúde do trabalhador. A postura adotada para desenvolvimento das atividades laborais e o tipo de mobiliário são exemplos de fatores determinantes para a qualidade de vida do profissional não só no trabalho como também no cotidiano.

Destaque ao fato de nenhum dos entrevistados ter respondido “sempre” quando questionados sobre promoção de campanhas de incentivo à realização de atividades físicas, culturais e de lazer, também se evidencia o fato de “raramente” (35,8%) também ter obtido um número considerável em relação a “frequentemente” (11,1%).

Não se pode afirmar que a instituição não esteja ofertando essas campanhas, mas que os servidores não a perceberem demonstra que não estão sendo divulgadas amplamente caso ocorram. Esse tipo de incentivo deve ser incorporado às práticas cotidianas da instituição, pois organizações que promovem a saúde integral dos colaboradores, levando em consideração aspectos físicos, psicológicos e sociais, visam desenvolver atividades que estejam alinhadas com as habilidades de cada indivíduo e com os objetivos da organização, buscando proporcionar um significado positivo tanto para os trabalhadores quanto para as empresas, na busca pela melhoria da Qualidade de Vida no Trabalho (Sá, 2021).

A gestora P1 informou que “[...] foi designada uma divisão de bem-estar no trabalho que tem como um dos pilares essa questão da qualidade de vida no trabalho. [...] Podemos dizer assim que ela ficaria vinculada aos SIASS”, indicando uma integração entre as iniciativas de bem-estar e os serviços de saúde e assistência social oferecidos aos servidores.

Ressalta-se que apenas a questão sobre manutenção do ambiente de trabalho de forma limpa e arejada, obteve um número mais expressivo da alternativa “sempre” (23,5%), seguida de frequentemente (58,6%). Tal fato, possui relevância para o eixo analisado, pois demonstra a prática da política dos 5R em seu senso de

limpeza (SEISO), no qual “incide em manter o ambiente de trabalho limpo e arrumado, ou seja, sem nenhum lixo ou sujeira na área de trabalho” (Silva e Negreiros, 2020, p. 474). Ainda, para Silva e Negreiros (2020, p. 480) “Proporcionar qualidade de vida no trabalho através de boas práticas de limpeza e higiene garante um local salubre e beneficia o trabalho em equipe, pois todos executam ações para manter e melhorar os padrões”. Apesar de ser relacionada a limpeza aos 5R, vale ressaltar que o gestor da área relacionada ao eixo “gestão adequada dos resíduos gerados”, indagado sobre a política dos 5R, demonstrou desconhecer a implementação dela na instituição “Eu conheço, mas hoje não sei como está essa política dentro da Univasf”. Sua resposta ao afirmar ter conhecimento, porém não estar atualizado quanto à sua execução, denota uma lacuna na comunicação e na efetividade das práticas sustentáveis dentro da organização.

#### **4.2.6 Sensibilização e capacitação**

O eixo sensibilização e capacitação da A3P tem como objetivo promover a conscientização dos servidores sobre a responsabilidade socioambiental, visando consolidar sua consciência cidadã através da sensibilização dos servidores. Por sua vez, o processo de capacitação auxilia no aprimoramento das competências individuais e institucionais, oferecendo aos servidores a oportunidade de adquirir habilidades que os capacitam para um desempenho mais eficaz em suas atividades. (Brasil, 2017).

Na Tabela 3, estão demonstrados os resultados quando questionados aos servidores com que frequência observam algumas ações de sensibilização e capacitação no ambiente de trabalho.

**Tabela 3** - Eixo “Sensibilização e Capacitação”

	Nunca	Raramente	Às vezes	Frequentemente	Sempre
Promoção de campanhas de sensibilização de servidores sobre a adoção de práticas sustentáveis e sobre a diminuição do desperdício através de cartazes, informativos, divulgação por e-mail e outros.	7,4%	27,8%	44,4%	19%	1,9%
Promoção de palestras, reuniões, oficinas e exposições sobre a adoção de práticas de sustentabilidade no ambiente de trabalho.	13,6%	35,2%	44,4%	6,2%	0,6%
Divulgação de informativos sobre temas de sustentabilidade no ambiente de trabalho, experiências bem-sucedidas e progressos alcançados pela instituição.	14,2%	37,7%	36,4%	11,7%	0,0%
A capacitação dos servidores é usada para adoção de práticas sustentáveis na Univasf.	16,0%	38,3%	40,1%	3,7%	1,9%
Informe o quanto você ouviu falar sobre Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)	28,4%	38,3%	24,7%	5,6%	3,1%

Fonte: Dados da pesquisa. Elaboração própria (2024).

Verifica-se que diferente dos outros eixos, apenas nesse, em nenhuma das perguntas, obteve-se como maioria das respostas às alternativas “frequentemente” ou “sempre”, possuindo “raramente” e “às vezes” como preferência das respostas.

Destaca-se também a alternativa “nunca”, apesar de não ter atingido a maioria em nenhuma das perguntas, ultrapassou a quantidade dos resultados de “sempre” e “frequentemente” de forma expressiva. Esses resultados demonstram a importância de se promover uma cultura organizacional que incentive a participação de todos os servidores nos processos de governança socioambiental, reconhecendo e valorizando suas contribuições e incentivando a formação e o engajamento em temas relacionados à sustentabilidade. A conscientização sobre a importância da sustentabilidade e a promoção de ações que estimulem a participação de todos os colaboradores são essenciais para promover uma gestão mais sustentável e

responsável. Em resultados semelhantes na sua pesquisa, Monteiro (2018, p. 96-97) ratifica essa afirmação:

Ressalta-se também que um número considerável de servidores que nunca participou, ou participa bem pouco, de cursos voltados para o tema sustentabilidade, assim como não costumam tomar iniciativas para sugerirem programações relacionadas à sustentabilidade no seu local de trabalho, e desse modo, não usufruindo do seu direito à participação. Tal atitude pode estar relacionada à percepção de que a promoção desse tipo de evento deve ser uma iniciativa apenas da alta direção, ou setores responsáveis, uma vez que os servidores, de modo geral, não se consideram participantes dos processos de governança socioambiental da universidade.

Isso demonstra o quanto é importante a participação de toda comunidade acadêmica nesse processo e através da sensibilização e capacitação dos servidores, em especial das lideranças, possibilitará o estabelecimento de uma gestão eficiente em termos ambientais, transparente e, acima de tudo, participativa, o que permitirá que toda a comunidade acadêmica, sobretudo os servidores permanentes da instituição, contribuam para a continuidade das ações de longo prazo implementadas pela administração atual (Monteiro, 2018, p. 95).

Outro fator importante a ser abordado, é quanto ao conhecimento da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) pelos servidores. Apesar de os resultados indicarem que há práticas sustentáveis alinhadas com as diretrizes da A3P, uma parcela significativa dos servidores (38,3%) afirmou que raramente ouve falar sobre ela. Isso sugere uma lacuna na comunicação e divulgação da A3P dentro da instituição. Além disso, a pesquisa também aponta que a divulgação de informativos sobre temas de sustentabilidade, experiências bem-sucedidas e progressos alcançados pela instituição é percebida como rara por uma maioria dos respondentes (37,7%). Esses resultados ressaltam a importância de melhorar a comunicação e o engajamento dos servidores com as questões de sustentabilidade e da A3P, a fim de promover uma maior conscientização e participação ativa em iniciativas sustentáveis.

#### **4.2.7 Compras públicas sustentáveis**

As licitações públicas sustentáveis desempenham um papel crucial na promoção de práticas ambientalmente responsáveis e socialmente justas nas

contratações governamentais. A administração pública deve estimular a responsabilidade socioambiental em suas compras, optando por licitações que promovam a aquisição de produtos e serviços sustentáveis. Essas práticas não apenas contribuem para a preservação do meio ambiente, mas também oferecem uma relação custo/benefício mais vantajosa a médio e longo prazo em comparação com as licitações baseadas apenas no critério de menor preço (Brasil, 2017).

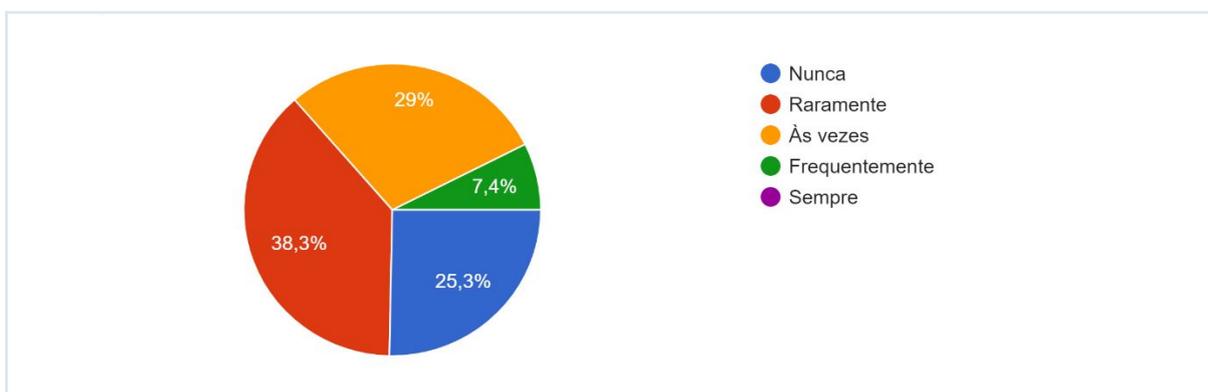
Ao incentivar a adoção de práticas sustentáveis por parte dos fornecedores e prestadores de serviços, as licitações públicas sustentáveis estimulam a inovação e o desenvolvimento de soluções mais sustentáveis em diversos setores da economia, promovendo a transição para uma sociedade mais verde e justa.

A gestora P2, ao ser perguntada sobre ações desenvolvidas pela Univasf para que as compras públicas contemplem o conceito de sustentabilidade ambiental, afirmou:

É, a gente, dentro do possível e de acordo com o objeto a solicitar, procuramos adotar essas práticas, por exemplo, serviço terceirizado de limpeza, tem lá umas exigências para que a empresa cumpra a questão da racionalização da água, o tipo de material que vai ser usado nos materiais a serem comprados também. Se for comprar um objeto que seja elétrico, que necessite de energia, a gente tem a questão da utilização da mais econômica. Então a gente está utilizando muito essa questão dentro do possível, do que a gente encontra, de estar procurando racionalizar bastante dentro da prática ambiental. Então você compra como contratação.

Foi perguntado aos entrevistados com que frequência percebem que os materiais adquiridos pela Univasf possuem padrões de sustentabilidade (provenientes de materiais recicláveis, oriundos de empresas da comunidade local ou formados por materiais que agredam menos ao meio ambiente), o resultado das respostas estão presentes no Gráfico 2.

**Gráfico 2 - Eixo “Compras Públicas Sustentáveis”**



Fonte: Dados da pesquisa. Elaboração própria (2024).

Obteve-se como resultados que a maioria dos servidores raramente constata essa informação com 38,3%, destaca-se o número elevado de respondentes que escolheram a alternativa nunca com um percentual de 25,3% em oposição a alternativa sempre que não houve resposta 0,0%. As demais alternativas tiveram como percentuais às vezes 29% e frequentemente 7,4%. Com esses resultados, não se pode afirmar que a instituição está em desacordo com as orientações para promoção de licitações sustentáveis, mas pode-se afirmar que os servidores não percebem essas práticas. Leite (2021), descreve que através dos portais disponibilizados, como ComprasNet, o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), o Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (SIASG), todos podem acompanhar com transparência, às compras públicas com garantias de veracidade das informações, talvez o que falte seja o interesse em buscar tais informações.

Constata-se a importância de campanhas de divulgação e capacitações buscando sensibilizar o servidor sobre o assunto, pois esse processo compreende a “realização de campanhas que busquem chamar a atenção para temas socioambientais relevantes, esclarecendo a importância da adoção de medidas socioambientais e os impactos positivos da adoção dessas medidas para a sociedade” (Brasil, 2017, p. 45).

#### **4.2.8 Construções sustentáveis**

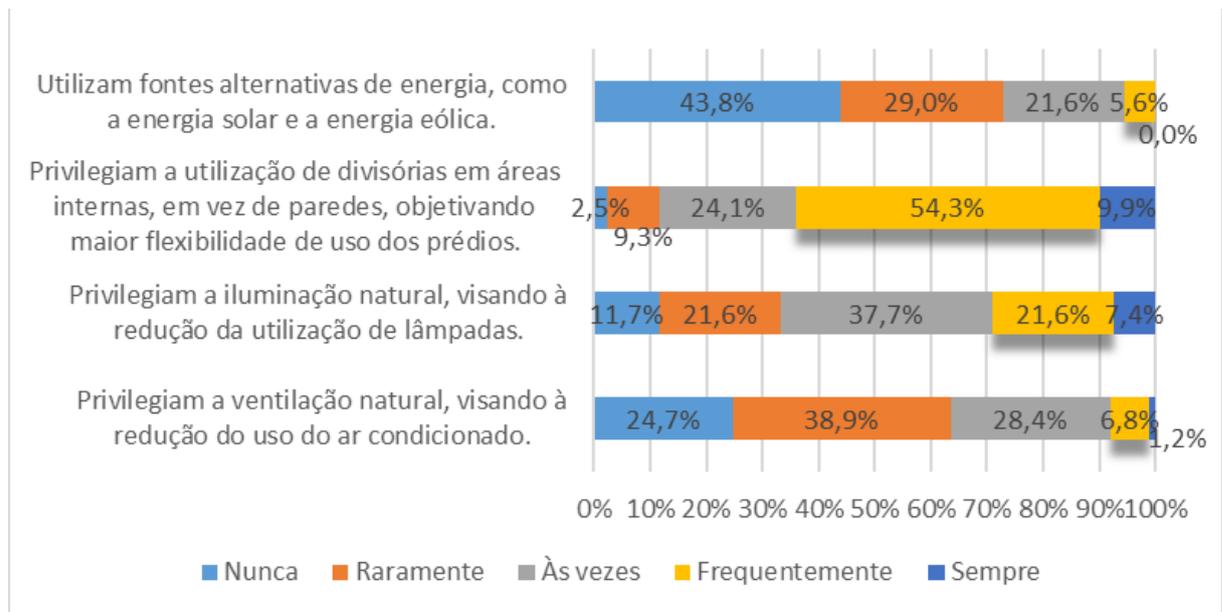
A Construção sustentável é um termo que se refere a um conjunto de ações implementadas em todas as fases da construção com o objetivo de garantir a sustentabilidade da obra. Com a implementação dessas ações, é viável reduzir os impactos adversos no meio ambiente, garantindo bem-estar aos cidadãos, além de incentivar a preservação dos recursos naturais (Brasil, 2017).

O gestor P4, ao ser indagado sobre o que está sendo feito para incentivar e promover construções, reformas e ampliações sustentáveis na Univasf, respondeu que no setor de infraestrutura, adotam a metodologia BIM para compatibilizar os projetos e evitar retrabalhos e desperdícios de insumos. Também buscam reutilizar

águas captadas nos telhados e racionalizar o canteiro de obras para diminuir o desperdício de materiais e preservar os recursos naturais.

O Gráfico 3 traz o percentual relativo aos números obtidos com respostas das entrevistas estruturadas sobre as Construções Sustentáveis.

**Gráfico 3 – Eixo “Construções Sustentáveis”**



Fonte: Dados da pesquisa. Elaboração própria (2024).

Em relação à questão sobre privilegiar a ventilação natural, os servidores em sua maioria, responderam raramente perceber esse critério nas construções da Univasf, com um percentual de 38,9%, com destaque para a alternativa “nunca”, que obteve um número expressivo de 24,7%. As demais alternativas tiveram como percentuais “às vezes” com 28,4%, “frequentemente” com 6,8% e “sempre” com 1,2%.

Quanto à iluminação natural, os servidores em sua maioria, responderam às vezes perceberem esse critério, com um percentual de 37,7%, com destaque para as alternativas “frequentemente” e “raramente”, que obtiveram o mesmo percentual de 21,6%. As demais alternativas tiveram como percentuais nunca 11,7% e sempre 7,4%.

Quanto a privilegiar a utilização de divisórias em áreas internas, em vez de paredes, os servidores em sua maioria, escolheram a alternativa “frequentemente” com um percentual expressivo de 54,3%, com destaque para a alternativa “nunca”,

com apenas 2,5%. As demais alternativas tiveram como percentuais “às vezes” 24,1%, “sempre” 9,9% e “raramente” com 9,3%.

Sobre a utilização de fontes alternativas de energia, como a energia solar e a energia eólica, os servidores responderam, em sua maioria, que nunca percebem esse critério nas construções da Univasf com um percentual de 43,8%, seguido de raramente com 29%. O destaque vai para a alternativa sempre que não obteve resposta. As demais alternativas tiveram como percentuais “às vezes” 21,6% e “frequentemente” 5,6%.

Como o foco da pesquisa é a análise da percepção de práticas sustentáveis pelos servidores, não se pode afirmar que a Univasf não adota procedimentos sustentáveis em suas obras, mas pode-se constatar que não são percebidas pelos entrevistados. A construção civil sustentável deve ser uma preocupação compartilhada por todos, acompanhando e fiscalizando os órgãos públicos para que busquem utilizar de maneira eficiente os recursos naturais disponíveis, como a luz solar, economizar energia, implementar sistemas e tecnologias que ajudem a reduzir o consumo de água (como reutilização e captação da água da chuva), incluir espaços para separação e reciclagem de resíduos, e criar ambientes saudáveis, com uso de tecnologias para controlar o som e a temperatura (Silva et. al., 2017, p. 91).

Após examinar a adoção das práticas de sustentabilidade pelos servidores da Univasf no ambiente organizacional, é chegada a hora de analisar o envolvimento deles na atualização do PDI da Univasf no aspecto da sustentabilidade.

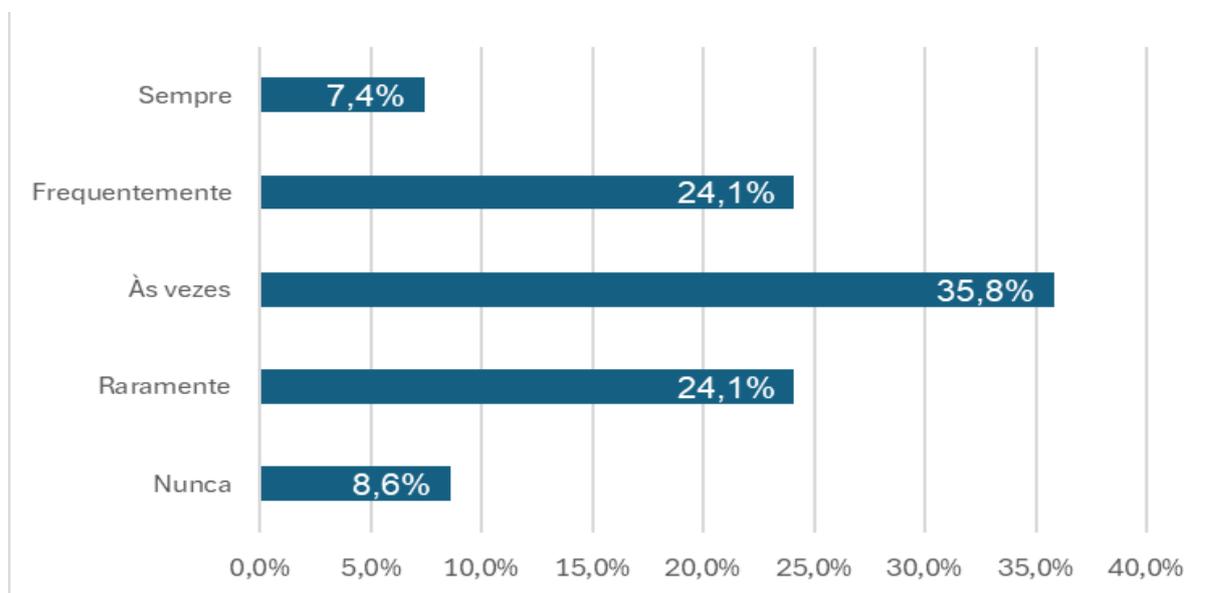
#### 4.3 ENVOLVIMENTO DOS SERVIDORES NA ATUALIZAÇÃO DO PDI DA UNIVASF NO ASPECTO DA SUSTENTABILIDADE.

Esta seção dos resultados busca fazer uma relação entre práticas sustentáveis identificadas na Univasf e a internalização dessas práticas nos servidores da instituição, de modo a discutir sua sensibilização quanto à elaboração do novo PDI no aspecto da sustentabilidade.

Para chegar a essa relação, inicialmente, analisa-se a importância de integrar o planejamento estratégico com o PDI e a sustentabilidade, buscando que o órgão público possa garantir sua eficiência, eficácia e relevância a longo prazo, contribuindo para o desenvolvimento sustentável da sociedade como um todo. No

Gráfico 4, observa-se com que frequência os servidores se preocupam com a relação entre planejamento, PDI e Sustentabilidade.

**Gráfico 4** – Relação Planejamento estratégico, PDI e sustentabilidade



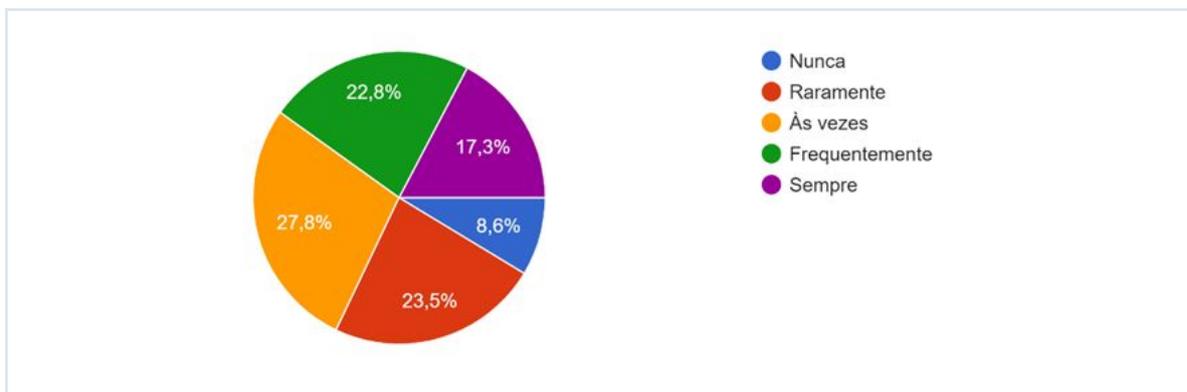
Fonte: Dados da pesquisa. Elaboração própria (2024).

Analisando esses resultados, pode-se observar que a maioria dos servidores indicou que "às vezes" se preocupam com essa relação (35,8%), o que sugere uma preocupação moderada e intermitente. Os números de respostas para "raramente" e "frequentemente" são iguais (24,1%), indicando que há uma divisão significativa entre aqueles que se preocupam pouco e aqueles que se preocupam bastante com a relação entre planejamento, PDI e sustentabilidade. Por outro lado, menos servidores indicou "nunca" e "sempre", o que mostra que há uma minoria que está em extremos opostos: alguns nunca se preocupam com essa relação, enquanto outros estão constantemente preocupados.

Esses dados podem indicar que, embora haja uma consciência sobre a importância da relação entre planejamento, PDI e sustentabilidade, essa preocupação não é uniforme entre os servidores. Para Neves et al. (2020) pensar estrategicamente não é uma tarefa fácil, mas precisa ser vista como um objetivo coletivo, que busque mudança de consciência, conhecimento, equilíbrio, promovendo uma discussão com a sociedade.

Questionados sobre o quanto se preocupam que a Univasf deva estabelecer metas e indicadores de sustentabilidade em seu PDI, de acordo com as diretrizes da A3P, obteve-se o resultado presente no Gráfico 5.

**Gráfico 5** – Preocupação com estabelecimento de Metas e Indicadores de Sustentabilidade no PDI



Fonte: Fonte: Dados da pesquisa. Elaboração própria (2024).

Como resultados, observa-se que a maioria dos servidores parece considerar essas questões de forma variada. A porcentagem mais alta foi para a categoria "Às vezes", com 27,8%, o que sugere que um número significativo de respondentes se preocupa com essas metas e indicadores em algumas ocasiões específicas. Em seguida, temos a categoria "Frequentemente" com 22,8%, indicando que uma parcela considerável dos participantes tende a se preocupar com esses aspectos com uma certa frequência.

Por outro lado, as porcentagens mais baixas foram para "Nunca" com 8,6% e "Sempre" com 17,3%, demonstrando que uma minoria dos entrevistados relatou nunca se preocupar ou estar sempre preocupado com as metas e indicadores de sustentabilidade da A3P. As categorias "Raramente" com 23,5% e "Sempre" com 17,3% indicam que existe uma parte considerável da amostra que se preocupa com essas questões em menor ou maior medida, respectivamente.

Dessa forma, conclui-se que, globalmente, há uma conscientização e preocupação com as metas e indicadores de sustentabilidade da A3P, com a maioria das pessoas demonstrando algum grau de preocupação com essas diretrizes em diferentes níveis de frequência.

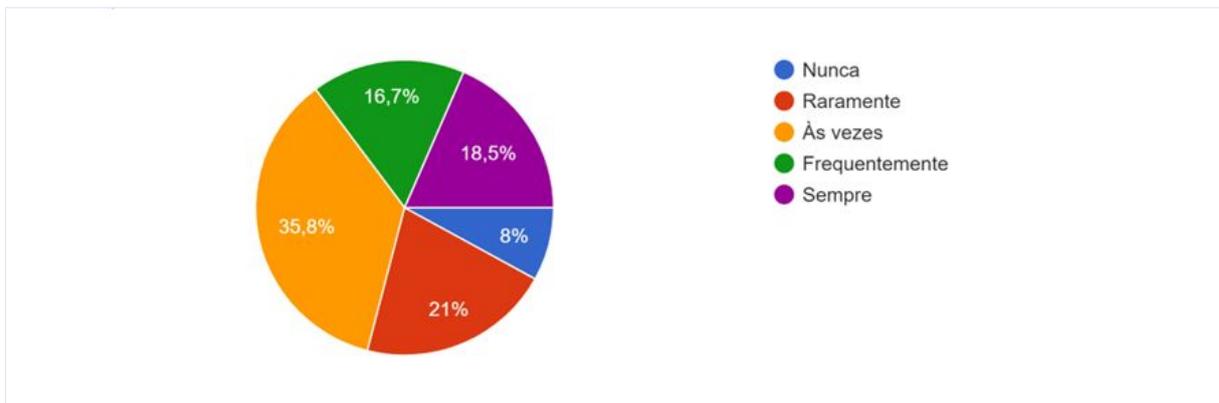
Quanto às respostas dos gestores sobre considerar importante a inclusão da sustentabilidade como meta estratégica no PDI, todos concordaram, com destaque para o gestor P5 que afirmou que "não dá para conceber mais que a gente tem uma instituição nessa magnitude e que no seu plano de desenvolvimento institucional,

não tenha isso como meta”, e destaque também a fala do gestor P3, demonstrando preocupação quanto a essa inclusão.

Então, a gente sabe que tem que incluir. Vai aumentar a responsabilidade, porque está no plano, né? A gente sabe disso. A gente fica até meio temerário assim, porque como a DDI cuida da sustentabilidade e já não está quase dando conta da retomada do básico, né? Assim com alguns ensaios para expandir algumas coisas, outras como é que vai dar conta? Sem pessoal, né, sem orçamento?

Com base nos dados apresentados no Gráfico 6 sobre a preocupação de que haja sustentabilidade (social, econômica e ambiental) presente como meta estratégica no PDI da Univasf, observa-se que a maioria dos participantes indicou que essa preocupação é percebida em diferentes níveis de engajamento.

**Gráfico 6** – Sustentabilidade como Meta Estratégica no PDI



Fonte: Dados da pesquisa. Elaboração própria (2024).

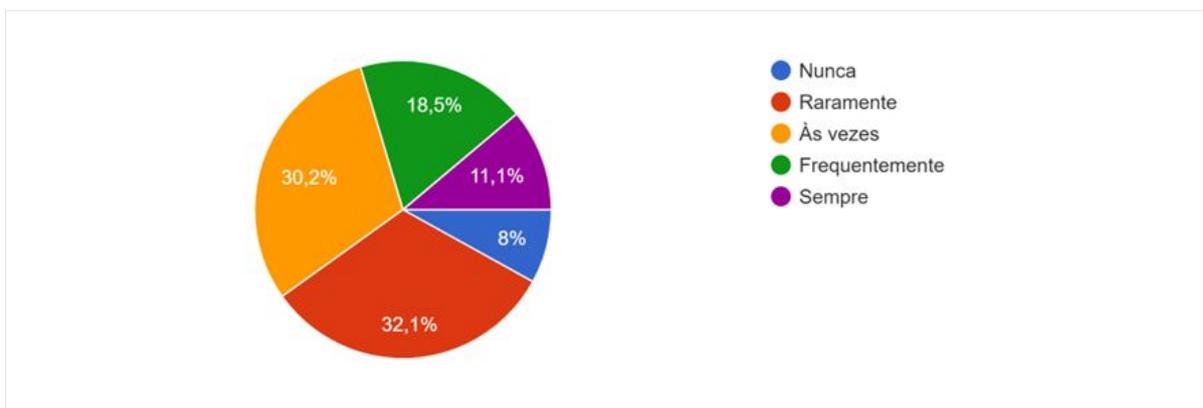
A maior parte dos servidores respondeu que se preocupa “às vezes” (35,85%) e “raramente” (21%). Isso pode indicar uma oportunidade de melhoria na integração de metas sustentáveis de forma mais consistente e proeminente no planejamento estratégico da instituição. Por outro lado, é encorajador notar que uma parcela significativa dos servidores reconhece a importância da sustentabilidade, com 16,7% afirmando que ela está presente “frequentemente” e 18,5% indicando que está presente “sempre”. Esses resultados sugerem que há um grupo engajado e consciente da relevância da sustentabilidade nos objetivos e ações da instituição.

Promover uma cultura institucional que priorize a sustentabilidade nas suas dimensões social, econômica e ambiental contribui não apenas para a missão da

Univasf, mas também para um futuro mais consciente e responsável dentro da comunidade acadêmica.

Com base nos dados fornecidos sobre o engajamento dos servidores na elaboração do PDI da Univasf presentes no Gráfico 7, pode-se observar que a maioria dos participantes relatou que o engajamento ocorre de forma esporádica, com 32,1% indicando que "raramente" se envolvem e 30,2% dizendo que o envolvimento acontece "às vezes". Esses números apontam para uma possível falta de participação consistente e ativa por parte dos servidores no processo de definição de metas e objetivos institucionais. Por outro lado, os resultados mostram que ainda há uma parcela significativa de servidores que se engajam com mais frequência: 18,5% afirmaram que o envolvimento ocorre "frequentemente" e 11,1% disseram que é algo que acontece "sempre".

**Gráfico 7** – Engajamento dos Servidores na elaboração do PDI



Fonte: Dados da pesquisa. Elaboração própria (2024).

Diante desse cenário, é importante refletir sobre as razões que podem estar influenciando no baixo engajamento de parte dos servidores e buscar maneiras de estimular uma participação mais efetiva e constante de todos os colaboradores. Além disso, é essencial envolver os servidores em discussões e tomadas de decisão, de modo a garantir que o PDI reflita verdadeiramente as necessidades e aspirações da comunidade acadêmica.

No PLS da Univasf, para atingir as metas e indicadores traçados, verifica-se a sensibilização como iniciativa em praticamente todos os temas, conforme apresenta o Quadro 10. De acordo com Pinto e Santiago (2023, p. 11) "para se intensificar as ações cotidianas referentes à sustentabilidade no ambiente organizacional, sugere-

se, primeiramente, investir cada vez mais em capacitação e sensibilização do corpo de pessoal e também dos diversos auxiliares.

**Quadro 10 – Temas e iniciativas constantes no PLS - Univasf**

<b>PROJETOS DO PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL DA Univasf</b>	
<b>TEMAS</b>	<b>INICIATIVAS</b>
Racionalização do uso de papel a4	-Realizar campanha continuada de sensibilização para redução do consumo de papel; -Incentivar o uso continuado de papel reciclado nas impressões; Incentivar a realização de impressão frente e verso.
Racionalização do uso de copos descartáveis	-Realização de campanha continuada de sensibilização para redução do consumo de copos descartáveis;
Racionalização do uso de cartuchos para impressão	-Realizar campanha continuada de sensibilização visando à economia de tinta e toner (modo econômico).
Energia elétrica	-Promoção continuada da conscientização do uso racional de energia; -Orientar de forma continuada servidores acerca do uso racional dos ar-condicionados; -Incentivar de forma continuada o aproveitamento da luz natural.
Água e esgoto	-Promover oficinas sobre como economizar água para o pessoal da limpeza; -Promover de forma continuada campanhas voltadas para economia de água nos Campi.
Coleta seletiva/ Gerenciamento de resíduos sólidos	-Promover de forma continuada eventos sobre sustentabilidade; -Campanhas sobre como descartar corretamente resíduos perigosos; -Pacote sustentabilidade (dias de ação dos diversos campi); -Campanha continuada de coleta de pilhas e baterias.
Qualidade de vida no ambiente de trabalho	<b>X</b>
Compras e contratações sustentáveis	<b>X</b>
Deslocamento de pessoal	-Incentivar o uso dos meios eletrônicos de comunicação, evitando deslocamentos desnecessários dos servidores; -Incentivar o uso de bicicletas como meio de locomoção inter e intra câmpus.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do PLS-Univasf (2023-2025).

Isso ratifica a importância da sensibilização e capacitação para o alcance dos objetivos da instituição e dá ênfase à necessidade da inclusão de toda comunidade acadêmica para esse fim, embora uma das gestoras pontue a falta dessa oferta.

Eu acho que está faltando isso, a questão da capacitação, porque a conscientização ela vai acontecer dentro do que você entregar ali. Falta divulgação. [...] É saber o que está fazendo, porque, por exemplo, quando a gente usa um texto dentro de um padrão [...] e colocar ali pedindo que o fornecedor declare, ele quer ganhar, ele vai declarar qualquer coisa, né? E como é que vai se provar? Como é que você vai monitorar depois se o que

ele está entregando realmente está cumprido aquelas práticas de sustentabilidade? (P2).

Diante dessa necessidade de capacitação, outro gestor a recomenda para reforçar o comprometimento dos integrantes da Univasf.

Olhe, eu acho que a formação, é realmente as pessoas entenderem mais o que é a sustentabilidade, quais são os indicadores, o que pode ser adotado no dia a dia para que esse tema esteja dentro da rotina de trabalho. Então eu acho que é realmente aumentar um pouquinho o conhecimento da gente de um modo geral, sobre as práticas sustentáveis e a importância delas e os benefícios que elas trazem. Acho que ação mesmo, capacitação para seduzir (P5).

Além da capacitação também existem várias outras ferramentas para sensibilizar não só os servidores como toda comunidade acadêmica no interesse quanto ao PDI, conforme relatam Fonseca et al. (2023, p. 10):

Os dados indicam que os mecanismos utilizados para possibilitar a construção coletiva do PDI são diversificados. A maioria das universidades utiliza mais de um meio para estimular a colaboração. Dentre os mais frequentes estão: a consulta pública e a instituição de comissões temáticas. [...] Outras maneiras de mobilizar as comunidades encontradas foram: eventos de compartilhamento de experiências; grupos de trabalho; correios e sítios eletrônicos; além da apreciação e deliberação junto aos Conselhos Superiores (Fonseca et al., 2023, p. 10).

Em complemento, Sant'ana et al. (2017, p. 90) cita a importância de “seminários, painéis de discussão, sessões plenárias, reuniões técnicas, debates, palestras, entrevistas, preenchimento de questionários avaliativos presencialmente ou on-line, grupos focais, fórum de discussão on-line, sistematização de demandas, idéias e sugestões”, para elaboração da autoavaliação da instituição processo voltado para a reflexão permanente, por parte da IES, sobre as ações realizadas nas diferentes dimensões em que atua (Sant'ana et. al, 2017, p. 87 e 88).

A falta dessa oferta de capacitação, prejudica o interesse dos servidores em participar de decisões estratégicas da instituição. Na sequência, apresenta-se o Produto Técnico e Tecnológico proposto a partir dos dados obtidos com essa pesquisa.

## 5 PRODUTO TÉCNICO-TECNOLÓGICO

Nesta seção, apresenta-se o Produto Técnico/Tecnológico proposto, que significa “objeto tangível com elevado grau de novidade, fruto da aplicação de conhecimentos científicos, técnicas e expertises desenvolvidas no âmbito da pesquisa na Pós-Graduação” (Carneiro, 2022), como alternativa de intervenção para resolução/redução do problema junto à Univasf.

Para inclusão da Sustentabilidade como Meta Estratégica no PDI da Univasf, tendo como diretrizes os eixos da A3P, faz-se necessário compreender a importância disso para a instituição e a sociedade em geral. Sendo assim, um relatório técnico foi elaborado a partir do conhecimento obtido com os resultados desta pesquisa em relação às percepções dos servidores da Univasf juntamente com a proposição de um plano de ação usando a ferramenta 5W2H.

Essa ferramenta, devido sua versatilidade e dinamismo, é utilizada em situações como planejamento da qualidade; planejamento de fusões e/ou aquisições de organizações; planejamento de áreas de recursos humanos; planejamento de etapas de desenvolvimentos de produto; planejamento dos riscos, entre outros (Moreira et al., 2021, p. 3).

Com isso, pretende-se promover a discussão e participação dos atores envolvidos e tomadores de decisão, sensibilizando-os de forma que se possa extrair um resultado esperado no processo de definição do novo ciclo (2026) do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Univasf em relação à sustentabilidade.

<b>PLANO DE AÇÃO</b>	
<b>Descrição do Problema:</b> Não há Sustentabilidade como meta estratégica no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf) e falta engajamento dos servidores na sua elaboração.	
<b>Principal causa do problema:</b> Necessidade de maior investimento em divulgação, capacitação e sensibilização dos servidores na área de sustentabilidade.	
<b>Solução encontrada:</b> Sensibilizar e capacitar os servidores sobre a importância da participação na construção do PDI e de sua responsabilidade socioambiental, buscando a Sustentabilidade como Meta estratégica a partir das diretrizes da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P).	
Questões	Respostas
What? (O que?)	Atualizar o PDI para incluir os desdobramentos da sustentabilidade na realidade acadêmica de forma clara e viável, evitando que fique limitado apenas às intenções ensejando nos gestores e servidores um maior engajamento na sua elaboração e fiscalização
When? (Quando?)	Todo período de elaboração do PDI e após para aderência das condutas adquiridas.
Who? (Quem?)	Servidores multiplicadores designados pelos gestores.
Why? (Por que?)	Os resultados da Pesquisa detectaram pouco conhecimento da A3P, de divulgação de programas e campanhas sobre sustentabilidade pela instituição e interesse em participação na elaboração do PDI pelos servidores.
Where? (Onde?)	Todos os campi
How? (Como?)	Sensibilização e capacitação de servidores na área de sustentabilidade. Campanhas de divulgação de informações sobre A3P e PDI. Divulgação pelo e-mail de programas e ações em andamento. Aplicação de cartazes com práticas de condutas sustentáveis.
How Much? (Quanto custa)	Não é possível estimar nesta etapa

Fonte: Adaptação de Rojas, 2020.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O imperativo do desenvolvimento sustentável é inegável, demandando ações imediatas para a sua concretização. Isso posto, essa pesquisa teve como objetivo promover uma análise da integração das diretrizes da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P) no próximo ciclo (2026) do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf), com o engajamento ativo e a participação dos servidores da instituição, propondo-se a identificar a implementação de práticas sustentáveis propostas a partir da adesão da instituição à A3P, averiguar o grau de internalização das práticas de sustentabilidade pelos servidores da Univasf no ambiente organizacional e discutir o envolvimento dos servidores na atualização do PDI da Univasf no aspecto da sustentabilidade. Dessa forma o estudo propõe a integração das diretrizes da A3P no PDI, 2026, inserindo a sustentabilidade como meta estratégica, reconhecendo o papel crucial das universidades na formação da consciência socioambiental.

Como resultados, quanto à implementação de práticas sustentáveis, propostas a partir da adesão da instituição à A3P, verifica-se que há práticas sustentáveis presentes na Univasf relacionadas às diretrizes da A3P e que a instituição possui ferramentas capazes de promover ações que resultem na elaboração de práticas sustentáveis na comunidade acadêmica, com sua adesão à Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P) e um Plano de Logística Sustentável (PLS) com temas alinhados aos eixos dela, porém o PDI, ainda não está em sintonia com essa necessidade, o que motivou este estudo na busca pela sustentabilidade como metaestratégica. Embora não haja no PLS um tema nem objetivo que se inclua especificamente no eixo sensibilização e capacitação da A3P, a grande maioria das iniciativas para alcançar os objetivos traçados nele são através dessa ferramenta. Ainda, como fato relevante a ser citado, inclui-se o da Universidade não possuir uma equipe responsável para cuidar dessa pauta da sustentabilidade, sobrecarregando a equipe, já pequena, da Diretoria de Desenvolvimento Institucional (DDI), que tem de conciliar com suas próprias demandas.

Em relação ao grau de internalização das práticas de sustentabilidade pelos servidores da Univasf, apurou-se que os servidores possuem condutas sustentáveis, porém, de forma intuitiva. Ao responderem questões sobre a frequência em que

observam ações de sensibilização e capacitação no ambiente de trabalho, a maioria dos entrevistados, afirmaram perceberem apenas raramente ou às vezes, além de demonstrarem pouco conhecimento da A3P, informação ratificada pelos gestores entrevistados. Em suma, pode-se assegurar, que a falta de conhecimento sobre a A3P é indicativa do quanto a equipe gestora precisa investir em sensibilização e capacitação não só dos servidores, mas também dos próprios gestores. Também foi visto que problemas como orçamento, podem contribuir para esse resultado. Sendo assim, a adesão da instituição a A3P, por si só não é capaz de desenvolver na instituição o fim esperado, sem que haja divulgação e ações de capacitação em seus servidores, para que tenham ciência dos procedimentos que devem adotar de forma consciente e efetiva e não apenas intuitiva.

Concluindo os objetivos desta pesquisa com o envolvimento dos servidores na atualização do PDI no aspecto da sustentabilidade embora haja uma consciência sobre a importância da relação entre planejamento, PDI e sustentabilidade, essa preocupação não é uniforme entre os servidores. Além disso, há uma conscientização e preocupação com as metas e indicadores de sustentabilidade da A3P, com a maioria das pessoas demonstrando algum grau de preocupação com essas diretrizes, porém em diferentes níveis de frequência, não sendo também uma maioria expressiva. À vista disso, constata-se que existe um baixo engajamento dos servidores e como esse documento é balizador de toda a atuação institucional, a falta de interesse na sua construção ou um interesse pouco profundo, certamente, prejudicará quanto ao resultado esperado. Dessa forma, identificar possíveis estratégias para incentivar uma maior participação no processo de elaboração do PDI é fundamental. Uma forma para isso é valorizando e reconhecendo os servidores que demonstram um maior nível de engajamento, incentivando uma cultura de colaboração e comprometimento com os objetivos institucionais.

Constatou-se em todos os objetivos específicos analisados, a necessidade de haver maior engajamento do órgão público em sensibilizar toda a comunidade quanto a importância da sustentabilidade e de sua contribuição na elaboração do PDI. Desse modo, faz-se necessário que os gestores instiguem o interesse dos servidores quanto à importância da participação coletiva na elaboração deste documento, como também a designação de equipe específica, preferencialmente, com formação e/ou experiência para a elaboração, monitoramento e avaliação do PDI. Nesse contexto, identificou-se que a sensibilização e a capacitação têm um

papel fundamental na educação ambiental, sendo uma ferramenta poderosa para esse fim.

Em relação às limitações da pesquisa, é importante destacar que o objetivo específico de implementar práticas sustentáveis propostas a partir da adesão da instituição à A3P não foi abordado detalhadamente. Isso inclui a falta de uma análise aprofundada quanto à execução dos planos e ações encontradas, tanto no site quanto no PLS da instituição.

Para pesquisas futuras, recomenda-se a avaliação do cumprimento dessas ações e planos propostos pela instituição, bem como examinar como a adequada divulgação dessas iniciativas junto aos servidores pode contribuir para a efetiva incorporação de práticas sustentáveis no ambiente de trabalho.

Além disso, sugere-se para pesquisas futuras, analisar as diferenças no desenvolvimento e na efetivação de práticas sustentáveis entre instituições que investem em programas de capacitação e sensibilização ambiental e aquelas que não priorizam essas ações. Por fim, também pode ser analisado os resultados em instituições que adotam a sustentabilidade como meta estratégica.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, I. D., **Metodologia do trabalho científico**. Recife : Editora UFPE, 2021.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. LDB - Lei nº 10861/04, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Conselho Nacional de Educação (CNE) - Histórico. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=14306:cne-historico&catid=323:orgaos-vinculados](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=14306:cne-historico&catid=323:orgaos-vinculados). Acesso em: 11 set. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Escola de Gestores da Educação Básica. Secretarias e Órgãos Vinculados. Conselho Nacional de Educação (CNE) - Histórico. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/escola-de-gestores-da-educacao-basica/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/14306-cne-historico#:~:text=O%20atual%20Conselho%20Nacional%20de,assessoramento%20ao%20Ministro%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 10 out. 2023.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Cartilha A3P** - Agenda Ambiental na Administração Pública. 5 ed. 2009. Brasília.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Curso Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)**. Turma 04/2022. Brasília: MMA, 2022. 65 p.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Curso de Capacitação Sustentabilidade na Administração Pública**. Brasília (2017). Disponível em: <http://a3p.mma.gov.br/wp-content/uploads/Biblioteca/Documentos/Cartilha-formato-Web.pdf>

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Instrução Normativa nº 10/2020, de 12 de novembro de 2012**. Estabelece regras para elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável de que trata o art. 16, do Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.gov.br/compras/pt-br/aceso-a-informacao/legislacao/instrucoes-normativas/instrucao-normativa-no-10-de-12-de-novembro-de-2012>. Acesso em: 20 abr. 2024.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Responsabilidade Socioambiental**. Disponível em: <https://antigo.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental.html>. Acesso em: 08 ago. 2023

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instrução Normativa nº 10, de 12 de novembro de 2012 que estabelece regras para elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável de que trata o art. 16, do Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, e dá outras providências. Disponível em:

<https://www.gov.br/compras/pt-br/aceso-a-informacao/legislacao/instrucoes-normativas/instrucao-normativa-no-10-de-12-de-novembro-de-2012>. Acess em 23 maio 2024

BRASIL. Portal de Compras do Governo Federal. Disponível em: <https://www.gov.br/compras/pt-br/aceso-a-informacao/perguntas-frequentes/plano-diretor-de-logistica-sustentavel/16-o-pls-substitui-a>. Acesso e : 26 maio 2024

BURSZTYN. M. A; BURSZTYN, M. **Fundamentos de política e gestão ambiental** : os caminhos do desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro : Garamond, 2012.

CAHN, M. A.; O'BRIEN, R.. Thinking about the environment: readings on politics, property and the physical world. New York: Routledge, 2015. 288 p. eBook. DOI: 10.4324/9781315698724.

CARNEIRO, T. C. J, **Produtos Técnicos e Tecnológicos**. Profiap. 2022. Disponível em: <https://profiap.org.br/wp-content/uploads/2022/04/apresentacao-live-12-04-2022.pdf>. Acesso em 16 out. 2023.

CARVALHO, L. O. R.; DUARTE, F. R.; MENEZES, A. H. N.; SOUZA, T. E. S. [et al.]. **Metodologia científica**: teoria e aplicação na educação a distância. Petrolina-PE, 2019. 83 p. Disponível em: <https://portais.Univasf.edu.br/noticias/Univasf-publica-livro-digital-sobre-metodologia-cientificavoltada-para-educacao-a-distancia/livro-de-metodologia-cientifica.pdf/view>

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso Futuro Comum**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

CORRÊA, M. E.; HEEMANN, A. Proposta de substituição de copos plásticos descartáveis em fábricas de grande porte. **MIX Sustentável**. [S. l.], v. 2, n. 2, p. 73–79, 2016. Disponível em: <https://ojs.sites.ufsc.br/index.php/mixsustentavel/article/view/1430>. Acesso em: 16 maio 2024.

DIAS, P. H. R. C. ; SOUSA, J. C.; VIEIRA, C. C. F . Estratégia institucional: relação entre o PDI, PPI e planejamento estratégico no IFB. **Política e Gestão Educacional (Online)** , v. 21, p. 334-349, 2017.

FERREIRA, J. F. C. **Desenvolvimento Sustentável**: apontamentos sobre o conceito. Maringá-PR: ed. Uniedusul, 2021.

FONSECA, P. G.; SANTOS, A. V.; PINHEIRO, F. A.; NETO, M. L. S. R.; RAMOS, Y. R. J. Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) nas Universidades Federais: uma análise entre regiões. **Revista da Avaliação da Educação Superior**, v. 08, p. 1-22, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/YQDd7MVJk4c8qWjfsf7hDVB/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 20 maio 2024.

GOMES, M.; FERREIRA, L. J. Políticas públicas e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. **Direito e Desenvolvimento**, v. 9, n. 2, p. 155-178, 2018. Disponível

em: <https://doi.org/10.25246/direitoedesenvolvimento.v9i2.667>. Acesso em: 27 jul. 2023.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

KASMIN, M. A. C.; PASSINI, J. J. Contribuições de Ignacy Sachs para o Desenvolvimento Sustentável do Oeste do Paraná. **Gestão e Desenvolvimento em Revista**, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 40–58, 2022. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/gestaoedesenvolvimento/article/view/29318>. Acesso em: 27 jul. 2023.

LEITE, F. S. **Agenda Ambiental na Administração Pública**: uma análise da adesão da UFS às diretrizes propostas pela A3P. 2021. 92 f. Dissertação (Mestrado e Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão-SE, 2021. Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/15768>. > Acesso em 30 nov. 2022.

MONTEIRO, L. M. P. **A governança socioambiental da Universidade Federal do Pará**: uma investigação sobre a sensibilização e capacitação dos servidores técnico-administrativos. 2018. 118 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Pública do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos) - Universidade Federal do Pará, Belém-PA, 2018. Disponível em: [https://repositorio.ufpa.br/bitstream/2011/10604/1/Dissertacao\\_GovernancaSociambientalUniversidade.pdf](https://repositorio.ufpa.br/bitstream/2011/10604/1/Dissertacao_GovernancaSociambientalUniversidade.pdf). Acesso em: 20 maio 2024.

MOREIRA, M. M. A. C.; AZEVEDO, T. C.; SILVEIRA, S. R.; SOARES, I. N.; NORDI, T. M.; SOUSA, F. S. I.; MOSCONI, D. Ferramentas da qualidade: uma revisão de diagrama de ishikawa, 5W2H, ciclo PDCA, DMAIC e suas interações. **5º SiPGEM Simpósio do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Mecânica**. 2021. São Paulo-SP. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/directbitstream/b7f13b16-0640-4823-9809-9f76cc7a7df8/3170-9459-2-PB.pdf>. Acesso em: 25 maio 2024.

NEVES, S. M. S. P.; ALMEIDA, L. A.; COSTA JÚNIOR, G.; MENEZES, J. E. S. Práticas (in)sustentáveis? Avaliação ambiental nos campi da Universidade Federal do Tocantins. **Rev. Bras. Gest. Amb. Sustent.** [online]. 2020, vol. 7, n. 15, p. 413-417. ISSN 2359-1412. DOI: 10.21438/rbgas(2020)071529.

ORGANIZAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Transformando nosso mundo**: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Rio de Janeiro: Centro de Informações das Nações Unidas para o Brasil, 2015. <https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf>

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS BRASIL (ONU). **A ONU e o meio ambiente**. 2020. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91223-onu-e-o-meio-ambiente>. Acesso em: 01 set. 2023.

PEIXOTO, C. S. B. S. **Práticas sustentáveis**: estudo de caso em uma instituição pública de ensino superior. 2019. 165f. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Administração Pública em Rede Nacional, Recife - PE, 2019.

Disponível em: <http://www.tede2.ufrpe.br:8080/tede2/handle/tede2/8136>. Acesso em: 20 fev. 2021.

PINTO, A. G. B.; SANTIAGO, A. M. S. A temática da sustentabilidade: os efeitos dos atos normativos no âmbito do judiciário sobre a gestão socioambiental do tribunal regional federal da 5.<sup>a</sup> região. In: **ANAIS do Primeiro Congresso Internacional e Segundo Congresso Nacional em Administração Pública da Rede Nacional PROFIAP. Anais...**Maceió(AL) Maceió Atlantic Suites, 2023. Disponível em: <https://even3.blob.core.windows.net/processos/45988d8e3f7a45658b76.pdf>. Acesso em: 04 jun.2024.

PINTO, A. G. B. **Aderência às práticas organizacionais de sustentabilidade trazidas pela A3P na Justiça Federal de Pernambuco**. 2022. 134 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública) - Universidade Federal do Vale do São Francisco, Campus Juazeiro, Juazeiro-BA, 2022.

PRADELLA, D. Z. A.; SILVA, J. W. F; NISI, T. C. C. Arborização urbana. 1 ed. **Cadernos de Educação Ambiental 21**. São Paulo: SMA/CEA, 2015. Disponível em: <https://repositorio.cetesb.sp.gov.br/items/0b256a12-07eb-4dc5-b41b-b95989356609/full>. Acesso em: 17 maio 2024.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RODRIGUES, S. C. M; DIAS, L. A. L; FENZL, A.C.C.N; LOPES, L.O.C. Os recursos naturais no processo de desenvolvimento econômico capitalista: uma breve reflexão. **Semioses: Inovação, Desenvolvimento e Sustentabilidade** | Rio de Janeiro | ISSN 1981-996X | v.13. | n. 4. | out./dez. 2019

ROESCH, S. M. A. **Projetos de estágio e de pesquisa em administração: guia para estágios, trabalhos de conclusão, dissertações e estudos de caso**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ROJAS, P. Ferramenta 5W2H– Disponível em: <https://pablorojas401.wordpress.com/2020/09/27/ferramenta-5w2h/>. Acesso em: 10 maio 2024.

ROZA, J. L. S.; NUNES, I. M. G.; DUARTE, K. C. S. S.; SANTIAGO, A. M. S.; SANTOS, M. H. P. Sustentabilidade em Instituições Federais de Ensino Superior do Consórcio Pernambuco Universitatis: A3P e práticas afins. **ID on line. Revista de Psicologia**, v. 17, p. 78-95, 2023. Disponível em: <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/3765>. Acesso em: 10 abr. 2024.

SÁ, M. O. B. A ergonomia e sua aplicabilidade na composição de mobiliário em escritório. **Revista de Design, Tecnologia e Sociedade**. [S. l.], v. 8, n. 1, 2021. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/design-tecnologia-sociedade/article/view/38151>. Acesso em: 17 maio 2024.

SANT'ANA, T. D. et al. **Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI**: um guia de conhecimentos para as Instituições Federais de Ensino. – Alfenas: FORPLADI, 2017.

SANTOS, G. F.; WEBER, A. L. Desenvolvimento Sustentável e Responsabilidade Social Empresarial: uma análise entre a teoria e a prática. **Desenvolvimento Em Questão**, v. 18, n. 51, p. 247–267, 2020. Disponível em <https://revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/8798>

SACHS, I.; STROH, P. Y. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002. 96p.

SILVA, G. S.; ALMEIDA, L. A. Indicadores de Sustentabilidade para Instituições de Ensino Superior: Uma Proposta Baseada na Revisão de Literatura. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, v. 8, n. 1, p. 123-144, 2019.

SILVA, A. L. F.; NEGREIROS, A. C. S. V. A importância do programa 5s para a melhoria da qualidade de vida no trabalho: estudo de caso. **Humanidades & Inovação**. v. 7, p. 472-481, 2020. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/2957>. Acesso em: 10 abr. 2024.

SOLANO, L.B. **O deslocamento de pessoal sob o enfoque do plano de gestão de logística sustentável**: uma proposta para a UFMS. 2022. 122 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande-MS, 2022.

VARGAS, D. L. Na contramão da sustentabilidade: a pauta da governança ambiental no Brasil. COLÓQUIO - **Revista do Desenvolvimento Regional**, Taquara, v. 2, p. 90-105, 2021.

UNIVASF. **A Proposta Pedagógica da Univasf**. Disponível em: <https://portais.Univasf.edu.br/pdi/indice/a-proposta-pedagogica-da-Univasf>. Acesso em: 08 jul. 2023

UNIVASF. **Cartilha Univasf Sustentável**. 2º Edição. 2021. Disponível em: <https://portais.Univasf.edu.br/sustentabilidade/acoes/cartilha-Univasf-sustentavel>. Acesso em: 22 maio 2024.

UNIVASF. **História**. 2024. Disponível em: <https://portais.Univasf.edu.br/apresentacao-Univasf/historia>. Acesso em: 25 abr. 2024.

UNIVASF. **Nossos Cursos**. Disponível em: <https://portais.univasf.edu.br/apresentacao-univasf/nossos-cursos>. Acesso em: 08 jun. 2024

UNIVASF. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2016 - 2025**. Petrolina/PE: UEL, 2017. 108 p. Disponível em: <https://portais.Univasf.edu.br/pdi/documentos/pdi-Univasf-2016-2025.pdf>. Acesso em 11 set. 2023.

UNIVASF. **Plano de Logística Sustentável - PLS.** Disponível em: <https://portais.Univasf.edu.br/sustentabilidade/programa-Univasf-sustentavel/plano-de-logistica-sustentavel-pls>. Acesso em 23 maio 2024

UNIVASF. **Programa Univasf Sustentável A3P.** 2021. Disponível em: <http://portais.Univasf.edu.br/sustentabilidade/programa-Univasf-sustentavel/a3p>. Acesso em: 25 abr. 2024.

UNIVASF. Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional. **Instrução Normativa nº 04**, de 01 de abril de 2019. Dispõe sobre o Regimento Interno Pró-reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional - Propladi. Disponível em: <https://portais.Univasf.edu.br/propladi/documentos/instrucao-normativa-04-2019-regimento-interno-da-propladi/view>. Acesso em: 20 abr. 2024.

UNIVASF. **Termo de Adjudicação do Pregão Eletrônico nº N° 00005/2019 (SRP).** Petrolina: Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos. 2019. Processo SIPAC nº 23402.00578/2019-57. Disponível em: [https://sig.Univasf.edu.br/public/jsp/processos/processo\\_detalhado.jsf?id=1049&modoMobile=true](https://sig.Univasf.edu.br/public/jsp/processos/processo_detalhado.jsf?id=1049&modoMobile=true). Acesso em 06 abr. 2024.

UNIVASF. **Termo de Adjudicação do Pregão Eletrônico nº N° 00028/2021 (SRP).** Petrolina: Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos. 2022. Processo SIPAC nº 23402.030837/2021-99. Disponível em: [https://sig.Univasf.edu.br/public/jsp/processos/processo\\_detalhado.jsf?id=11640](https://sig.Univasf.edu.br/public/jsp/processos/processo_detalhado.jsf?id=11640). Acesso em 06 abr. 2024.

**APÊNDICE A** - Roteiro de entrevista semiestruturada a ser realizada com os gestores das áreas relacionadas com os seis eixos temáticos da A3P e PDI. O objetivo desta pesquisa é promover uma análise da integração das diretrizes da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P) no próximo ciclo do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf), com o engajamento ativo e a participação dos servidores da instituição. Os dados coletados por este instrumento servirão para a elaboração de dissertação, requisito parcial para obtenção do título de Mestre no Mestrado Profissional em Administração Pública do PROFIAP/Univasf.

Quadro 6 – Departamentos da Univasf que integraram a entrevista semiestruturada da pesquisa

<b>EIXO TEMÁTICO A3P/PDI</b>	<b>GESTORES RESPONSÁVEIS</b>
Uso racional dos recursos naturais e bens públicos	Prefeitura Universitária
Gestão adequada dos recursos gerados	
Qualidade de vida no ambiente de trabalho	Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas
Sensibilização e capacitação dos servidores	
Licitações sustentáveis	Diretoria de Compras e Licitações
Construções sustentáveis	Diretoria de Obras e Orçamentos
Monitoramento PDI	Diretoria Desenvolvimento Institucional

Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

#### 1. PREFEITURA UNIVERSITÁRIA

Identificação do(a) participante
Entrevistado(a): _____
Setor de trabalho: _____
Cargo: _____
Formação técnica: _____

A. Indagações gerais a serem feitas a todos os entrevistados:

1. No setor em que trabalha, quais práticas de sustentabilidade foram adotadas nos últimos tempos?
2. Você considera que as práticas de sustentabilidade estão se intensificando na Univasf?
3. Há equipe de servidores encarregada de monitorar, avaliar, cuidar das práticas de sustentabilidade na Univasf?
4. Como você percebe a adesão dos servidores às práticas de proteção ao meio ambiente?
  - 4a. Houve sensibilização?
  - 4b. Você percebeu alguma resistência?
5. Na sua opinião, quais as principais dificuldades enfrentadas para a implantação de práticas sustentáveis na Univasf e, especialmente, em seu setor?

6. Quais práticas você recomendaria para reforçar o comprometimento dos integrantes da Univasf em relação à sustentabilidade?
7. Qual o seu conhecimento sobre a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P)?
8. Quanto ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) você considera importante a inclusão da Sustentabilidade como meta estratégica?
  - 8a. Em caso negativo, por que?
  - 8b. Em caso positivo, essa meta estratégica deveria estar aliada as diretrizes da A3P, na qual a Univasf aderiu em 2016 e renovou em 2021?

B. Indagações específicas a serem feitas ao gestor da área relacionada com o eixo temático da A3P:

Eixo 1 – Uso racional dos recursos naturais e bens públicos

1. Quais ações estão sendo desenvolvidas na Univasf para monitorar/reduzir o consumo de papel e de copos plásticos?
2. Quais ações estão sendo desenvolvidas na Univasf para monitorar/reduzir o consumo de energia e água?
3. Quais medidas estão sendo adotadas na Univasf para monitorar/reduzir o uso de outros materiais/recursos que possam causar impacto ambiental significativo?

Eixo 2 – Gestão adequada dos resíduos gerados

1. Você conhece a política dos 5Rs?
2. Como a Univasf realiza a coleta de resíduos nos seus diversos prédios (resíduos recicláveis, tecnológicos, obras, pilhas e baterias)?
3. Como a Univasf realiza a destinação de resíduos nos seus diversos prédios (resíduos recicláveis, tecnológicos, obras, pilhas e baterias)?
4. Quando se identifica um material como ocioso, que destinação está sendo dada? Está-se cogitando no reaproveitamento dele em outros setores?

## 2. PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

Identificação do(a) participante

Entrevistado(a): \_\_\_\_\_

Setor de trabalho: _____
Cargo: _____
Formação técnica: _____

A. Indagações gerais a serem feitas a todos os entrevistados:

1. No setor em que trabalha, quais práticas de sustentabilidade foram adotadas nos últimos tempos?
2. Você considera que as práticas de sustentabilidade estão se intensificando na Univasf?
3. Há equipe de servidores encarregada de monitorar, avaliar, cuidar das práticas de sustentabilidade na Univasf?
4. Como você percebe a adesão dos servidores às práticas de proteção ao meio ambiente?
  - 4a. Houve sensibilização?
  - 4b. Você percebeu alguma resistência?
5. Na sua opinião, quais as principais dificuldades enfrentadas para a implantação de práticas sustentáveis na Univasf e, especialmente, em seu setor?
6. Quais práticas você recomendaria para reforçar o comprometimento dos integrantes da Univasf em relação à sustentabilidade?
7. Qual o seu conhecimento sobre a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P)?
8. Quanto ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) você considera importante a inclusão da Sustentabilidade como meta estratégica?
  - 8a. Em caso negativo, por que?
  - 8b. Em caso positivo, essa meta estratégica deveria estar aliada as diretrizes da A3P, na qual a Univasf aderiu em 2016 e renovou em 2021?

B. Indagações específicas a serem feitas ao gestor da área relacionada com o eixo temático da A3P:

Eixo 3 – Qualidade de vida no ambiente de trabalho

1. Quais ações de qualidade de vida no ambiente de trabalho estão sendo promovidas na Univasf?

2. Há ações específicas visando aproveitar habilidades e desenvolver capacidades dos servidores?
3. Há ações específicas visando fomentar a liberdade de expressão, privacidade pessoal e tratamento imparcial entre servidores?
4. Há alguma iniciativa visando o controle adequado da jornada de trabalho, no intuito de evitar o baixo comprometimento ou o excesso de trabalho?
5. Há iniciativas tendentes a colocar elementos da natureza no local de trabalho por meio da arborização e do paisagismo?
6. Há promoção de palestras, reuniões, oficinas, divulgação de informativos e exposições sobre a adoção de práticas de sustentabilidade no ambiente de trabalho?

#### Eixo 4 – Sensibilização e capacitação dos servidores

1. Há ações tendentes a estimular a educação continuada e a capacitação?
2. Quais são as ações desenvolvidas pela Univasf visando a sensibilização e capacitação dos servidores relacionadas ao tema de sustentabilidade?
3. Há ação voltada especificamente para a sensibilização e capacitação de gestores ou de multiplicadores relacionadas ao tema de sustentabilidade na Univasf?

### 3 DIRETORIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Identificação do(a) participante
Entrevistado(a): _____
Setor de trabalho: _____
Cargo: _____
Formação técnica: _____

#### A. Indagações gerais a serem feitas a todos os entrevistados:

1. No setor em que trabalha, quais práticas de sustentabilidade foram adotadas nos últimos tempos?
2. Você considera que as práticas de sustentabilidade estão se intensificando na Univasf?
3. Há equipe de servidores encarregada de monitorar, avaliar, cuidar das práticas de sustentabilidade na Univasf?

4. Como você percebe a adesão dos servidores às práticas de proteção ao meio ambiente?

4a. Houve sensibilização?

4b. Você percebeu alguma resistência?

5 Na sua opinião, quais as principais dificuldades enfrentadas para a implantação de práticas sustentáveis na Univasf e, especialmente, em seu setor?

6. Quais práticas você recomendaria para reforçar o comprometimento dos integrantes da Univasf em relação à sustentabilidade?

7. Qual o seu conhecimento sobre a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P)?

8. Quanto ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) você considera importante a inclusão da Sustentabilidade como meta estratégica?

8a. Em caso negativo, por que?

8b. Em caso positivo, essa meta estratégica deveria estar aliada as diretrizes da A3P, na qual a Univasf aderiu em 2016 e renovou em 2021?

B. Indagações específicas a serem feitas ao gestor da área relacionada com o eixo temático da A3P:

Eixo 5 – Licitações sustentáveis

1. Como a Univasf está se engajando para incentivar e promover a aquisição de bens e serviços ambientalmente sustentáveis?

2. Quais são as ações desenvolvidas pela Univasf para que as compras públicas contemplem o conceito de sustentabilidade ambiental?

3. Você já participou de capacitações para adequar os procedimentos adotados as licitações sustentáveis presentes na A3P?

#### 4 DIRETORIA DE OBRAS E ORÇAMENTOS

Identificação do(a) participante

Entrevistado(a): \_\_\_\_\_

Setor de trabalho: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

Formação técnica: \_\_\_\_\_

A. Indagações gerais a serem feitas a todos os entrevistados:

1. No setor em que trabalha, quais práticas de sustentabilidade foram adotadas nos últimos tempos?
2. Você considera que as práticas de sustentabilidade estão se intensificando na Univasf?
3. Há equipe de servidores encarregada de monitorar, avaliar, cuidar das práticas de sustentabilidade na Univasf?
4. Como você percebe a adesão dos servidores às práticas de proteção ao meio ambiente?
  - 4a. Houve sensibilização?
  - 4b. Você percebeu alguma resistência?
5. Na sua opinião, quais as principais dificuldades enfrentadas para a implantação de práticas sustentáveis na Univasf e, especialmente, em seu setor?
6. Quais práticas você recomendaria para reforçar o comprometimento dos integrantes da Univasf em relação à sustentabilidade?
7. Qual o seu conhecimento sobre a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P)?
8. Quanto ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) você considera importante a inclusão da Sustentabilidade como meta estratégica?
  - 8a. Em caso negativo, por que?
  - 8b. Em caso positivo, essa meta estratégica deveria estar aliada as diretrizes da A3P, na qual a Univasf aderiu em 2016 e renovou em 2021?

B. Indagações específicas a serem feitas ao gestor da área relacionada com o eixo temático da A3P:

Eixo 6 – Construções, reformas e ampliações sustentáveis

1. Como a Univasf está se engajando para incentivar e promover construções, reformas e ampliações sustentáveis?
2. Quais são as ações desenvolvidas pela Univasf para que as construções, reformas e ampliações contemplem o conceito de sustentabilidade ambiental?
3. Fale sobre alguma iniciativa realizada em algum das construções da Univasf que se destaque por soluções sustentáveis (iluminação natural, ventilação cruzada, estação de tratamento de efluentes, captação de águas de chuva, reutilização de resíduos de construção, tetos verdes para captação de águas pluvias, reuso de águas cinzas, etc.)

## 5. DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Identificação do(a) participante
Entrevistado(a): _____
Setor de trabalho: _____
Cargo: _____
Formação técnica: _____

### A. Indagações gerais a serem feitas a todos os entrevistados:

1. No setor em que trabalha, quais práticas de sustentabilidade foram adotadas nos últimos tempos?
2. Você considera que as práticas de sustentabilidade estão se intensificando na Univasf?
3. Há equipe de servidores encarregada de monitorar, avaliar, cuidar das práticas de sustentabilidade na Univasf?
4. Como você percebe a adesão dos servidores às práticas de proteção ao meio ambiente?
  - 4a. Houve sensibilização?
  - 4b. Você percebeu alguma resistência?
5. Na sua opinião, quais as principais dificuldades enfrentadas para a implantação de práticas sustentáveis na Univasf e, especialmente, em seu setor?
6. Quais práticas você recomendaria para reforçar o comprometimento dos integrantes da Univasf em relação à sustentabilidade?
7. Qual o seu conhecimento sobre a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P)?
8. Quanto ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) você considera importante a inclusão da Sustentabilidade como meta estratégica?
  - 8a. Em caso negativo, por que?
  - 8b. Em caso positivo, essa meta estratégica deveria estar aliada as diretrizes da A3P, na qual a Univasf aderiu em 2016 e renovou em 2021?

### B. Indagações específicas a serem feitas ao gestor da área relacionada com o Plano de Desenvolvimento Estratégico (PDI):

1. Quais são as metas e objetivos específicos relacionados à sustentabilidade ambiental que a instituição pretende alcançar na elaboração do novo ciclo do (PDI)?
2. Quais são as estratégias e ações planejadas para promover a conscientização e engajamento dos servidores na construção do (PDI)?
3. Como a instituição pretende comunicar e compartilhar os avanços e conquistas relacionados as metas estratégias presentes no (PDI)?
4. O que acha da inclusão da sustentabilidade aderida as diretrizes da (A3P) como meta estratégica no (PDI)?

**APÊNDICE B** – Roteiro de entrevista estruturada a ser realizada com os servidores da Univasf do campus sede (Petrolina-PE). O objetivo desta pesquisa é promover uma análise da integração das diretrizes da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P) no próximo ciclo do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf), com o engajamento ativo e a participação dos servidores da instituição. Os dados coletados por este instrumento servirão para a elaboração de dissertação, requisito parcial para obtenção do título de Mestre no Mestrado Profissional em Administração Pública do PROFIAP/Univasf.

<b>PERFIL DOS PESQUISADOS</b>	
<b>1. Qual seu gênero?</b>	( <input type="checkbox"/> ) Feminino ( <input type="checkbox"/> ) Masculino
<b>2. Qual sua idade?</b>	( <input type="checkbox"/> ) Até 30 anos / ( <input type="checkbox"/> ) Entre 31 e 40 anos / ( <input type="checkbox"/> ) Entre 41 e 50 anos /

( ) Entre 51 e 60 anos / ( ) Acima de 60 anos
<b>3. Qual sua escolaridade?</b> ( ) Ensino Médio / ( ) Graduação / ( ) Especialização / ( ) Mestrado / ( ) Doutorado

### QUESTÕES ESPECÍFICAS

Uso racional dos recursos naturais e bens públicos

**4. Informe a frequência com que você se utiliza das seguintes práticas sustentáveis no seu ambiente de trabalho:**

FREQUÊNCIA	Nunca	Raramente	Às vezes	Frequentement e	Sempre
	1	2	3	4	5
Apaga a luz ao término do expediente ou quando se ausenta por período de tempo prolongado.	( )	( )	( )	( )	( )
Desliga o ar condicionado ao término do expediente ou quando se ausenta por período de tempo prolongado.	( )	( )	( )	( )	( )
Fecha portas e janelas quando o ar condicionado está ligado.	( )	( )	( )	( )	( )
Desliga os monitores do seu setor quando faz uma pausa para descanso.	( )	( )	( )	( )	( )
Imprime ou faz cópias dos documentos em frente e verso.	( )	( )	( )	( )	( )
Utiliza papel reciclado em substituição ao papel branco.	( )	( )	( )	( )	( )
Reutiliza papéis para fazer bloco de anotações/rascunho.	( )	( )	( )	( )	( )
Substitui a utilização de documento impresso por documento digital.	( )	( )	( )	( )	( )
Substitui a utilização de copos descartáveis por copos, garrafas, canecas ou xícaras de material durável.	( )	( )	( )	( )	( )
Utiliza ou observa a utilização, por outros colegas de trabalho, da tecnologia de videoconferência para reduzir o deslocamento desnecessário da frota oficial de veículos da instituição.	( )	( )	( )	( )	( )

Gestão adequada de resíduos gerados

**10 – Informe a frequência com que você percebe ou adota as seguintes condutas**

FREQUÊNCIA	Nunca	Raramente	Às vezes	Frequentement e	Sempre
	1	2	3	4	5
Incentivo pela Univasf de coleta seletiva e reciclagem.	( )	( )	( )	( )	( )
Descarte adequado, por você, do lixo nas dependências da Univasf, de acordo com o tipo de resíduo.	( )	( )	( )	( )	( )
Reutilização, por você, de materiais no seu ambiente de trabalho.	( )	( )	( )	( )	( )
Identificação de materiais ociosos e distribuição para reaproveitamento em outros setores.	( )	( )	( )	( )	( )

Qualidade de vida no ambiente de trabalho					
<b>11 – Informe a frequência com que você observa que a Univasf preocupa-se com a preservação dos elementos da natureza presentes no prédio de seu local de trabalho, por meio de ações de arborização e paisagismo</b>					
FREQUÊNCIA	Nunca	Raramente	Às vezes	Frequentement e	Sempre
	1	2	3	4	5
Arborização	( )	( )	( )	( )	( )
Paisagismo	( )	( )	( )	( )	( )

Qualidade de vida no ambiente de trabalho					
<b>12 – Em relação à qualidade de vida em seu ambiente de trabalho, informe a frequência com que você percebe as seguintes condutas.</b>					
FREQUÊNCIA	Nunca	Raramente	Às vezes	Frequentement e	Sempre
	1	2	3	4	5
Aproveitamento eficiente, pela instituição, das habilidades do servidor.	( )	( )	( )	( )	( )
Promoção de atividades de integração no local de trabalho.	( )	( )	( )	( )	( )
Promoção de campanhas de incentivo à realização de atividades físicas, culturais e de lazer.	( )	( )	( )	( )	( )
Promoção de programas de orientação médica e nutricional.	( )	( )	( )	( )	( )
Mobiliários e equipamentos com ergonomia adequada.	( )	( )	( )	( )	( )
Controle adequado da jornada de trabalho, no intuito de evitar o baixo comprometimento ou o excesso de trabalho.	( )	( )	( )	( )	( )
Manutenção do ambiente de trabalho de forma limpa e arejada.	( )	( )	( )	( )	( )
As informações da Univasf são acessíveis e apropriadas às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.	( )	( )	( )	( )	( )
Estímulo à educação continuada e à capacitação.	( )	( )	( )	( )	( )

Sensibilização e Capacitação					
<b>13- Informe a frequência com que você observa as seguintes ações de sensibilização e capacitação no seu ambiente de trabalho.</b>					
FREQUÊNCIA	Nunca	Raramente	Às vezes	Frequentement e	Sempre
	1	2	3	4	5
Promoção de campanhas de sensibilização de servidores sobre a adoção de práticas sustentáveis e sobre a diminuição do desperdício (de energia, papel, água, copos descartáveis e outros) através de cartazes, informativos, divulgação por <i>e-mail</i> e outros.	( )	( )	( )	( )	( )
Promoção de palestras, reuniões, oficinas e exposições sobre a adoção de práticas de	( )	( )	( )	( )	( )

sustentabilidade no ambiente de trabalho.					
Divulgação de informativos sobre temas de sustentabilidade no ambiente de trabalho, experiências bem-sucedidas e progressos alcançados pela instituição.	( )	( )	( )	( )	( )
A capacitação dos servidores é usada para adoção de práticas sustentáveis na Univasf.	( )	( )	( )	( )	( )

Sensibilização e Capacitação					
FREQUÊNCIA	Nunca	Raramente	Às vezes	Frequentement e	Sempre
	1	2	3	4	5
14 - Ao se falar em práticas de sustentabilidade em órgãos da Administração Pública, alguns temas são habitualmente mencionados. Informe o quanto você ouve falar sobre Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)	( )	( )	( )	( )	( )

Licitações sustentáveis					
FREQUÊNCIA	Nunca	Raramente	Às vezes	Frequentement e	Sempre
	1	2	3	4	5
15 – Informe a frequência com que você percebe que os materiais adquiridos pela Univasf possuem padrões de sustentabilidade (provenientes de materiais recicláveis, oriundos de empresas da comunidade local ou formados por materiais que agredam menos ao meio ambiente).	( )	( )	( )	( )	( )

Construções sustentáveis					
16- Informe a frequência com que você percebe que as construções/instalações da Univasf adotam os seguintes critérios.					
FREQUÊNCIA	Nunca	Raramente	Às vezes	Frequentement e	Sempre
	1	2	3	4	5
Privilegiam a ventilação natural, visando à redução do uso do ar condicionado.	( )	( )	( )	( )	( )
Privilegiam a iluminação natural, visando à redução da utilização de lâmpadas.	( )	( )	( )	( )	( )
Privilegiam a utilização de divisórias em áreas internas, em vez de paredes, objetivando maior flexibilidade de uso dos prédios.	( )	( )	( )	( )	( )
Utilizam fontes alternativas de energia, como a energia solar e a energia eólica.	( )	( )	( )	( )	( )

Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI					
17- Em relação ao Plano de Desenvolvimento Institucional da Univasf (PDI), responda com que frequência você preocupa-se com os seguintes questões					

FREQUÊNCIA	Nunca	Raramente	Às vezes	Frequentement e	Sempre
	1	2	3	4	5
Relação entre planejamento, PDI e Sustentabilidade.	( )	( )	( )	( )	( )
Que a Univasf deva estabelecer metas e indicadores de sustentabilidade em seu PDI, de acordo com as diretrizes da A3P.	( )	( )	( )	( )	( )
Engajamento dos servidores na elaboração do PDI da Univasf, auxiliando no desenvolvimento das metas e objetivos.	( )	( )	( )	( )	( )
Haja sustentabilidade (social, econômica e ambiental) presente como meta estratégica no PDI da Univasf.	( )	( )	( )	( )	( )

## APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

**Título da Pesquisa: AGENDA AMBIENTAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (A3P) NA Univasf: sustentabilidade como meta estratégica no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).**

**Nome da Pesquisadora responsável:** Jusciléia Lopes da Silva Roza

Você está sendo convidada (o) a participar desta pesquisa, cujo objetivo é promover uma análise da integração das diretrizes da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P) no próximo ciclo do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf), com o engajamento ativo e a participação dos servidores da instituição. O projeto de pesquisa foi concebido para identificar a implementação de práticas sustentáveis, propostas a partir da adesão da Instituição à A3P, além de averiguar o grau de internalização dessas práticas pelos servidores da Univasf no ambiente organizacional, discutindo o envolvimento dos servidores na atualização do PDI da Univasf no aspecto da sustentabilidade. A importância dos resultados da pesquisa está na criação de uma nova cultura institucional de sustentabilidade alinhada às diretrizes da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P) como meta estratégica da Univasf, capacitando os servidores com consequente sensibilização sobre a importância da consciência cidadã da responsabilidade socioambiental.

Sua participação é importante, porém, você não deve aceitar participar contra a sua vontade. Leia atentamente as informações abaixo e faça, se desejar, qualquer pergunta para esclarecimento antes de concordar.

1. Os procedimentos adotados nesta pesquisa obedecem aos Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos, conforme a resolução Nº510/2016 CNS/MS (Conselho Nacional de Saúde / Ministério da Saúde) para as áreas de humanas e sociais.
2. Participantes da pesquisa: a pesquisa será realizada com servidores comissionados dos departamentos responsáveis pelas tomadas de decisão que envolvem os campi da Univasf, nas áreas relacionadas aos seis eixos temáticos da A3P e de monitoramento das metas estratégicas do PDI sendo utilizado como instrumento de coleta de dados um roteiro de entrevista semiestruturado e, também, com os servidores do campus sede da Univasf, sendo utilizado como instrumento para coleta de dados um roteiro de entrevista estruturado.
3. Riscos, desconfortos: Como toda pesquisa com seres humanos envolve risco em tipos e gradações variados, esta também podem causar danos à dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social ou cultural. As perguntas da pesquisa são estritamente científicas e não oferecem riscos à dignidade ou integridade física do(a) participante, embora haja a possibilidade de, em algum momento, sentir-se desconfortável ou embaraçado(a)/envergonhado(a) ao responder a alguma questão. Em todos esses casos, você tem plena liberdade de não responder qualquer questão, sem necessidade de explicação ou justificativa para tal, podendo também se retirar da pesquisa a qualquer momento. Os procedimentos adotados nesta pesquisa obedecem aos Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos conforme Resolução nº510/16 do Conselho Nacional de Saúde. Ainda, com a finalidade de preservar a identidade dos participantes, seus nomes serão suprimidos, sendo denominados P1, P2, P3, P4 e P5, e assim por diante, o que possibilitará limitar a identificação dos participantes apenas à pesquisadora e a sua orientadora. Ressalta-se portanto, que a pesquisadora se compromete explicitamente em somente dar início à pesquisa após a obtenção da referida aprovação pelo CEP.

4. **Confidencialidade:** é garantida a manutenção do sigilo e da privacidade dos participantes da pesquisa, mesmo após o término da pesquisa. Somente o(s) pesquisador(es) terão conhecimento de sua identidade e nos comprometemos a mantê-la em sigilo ao publicar os resultados. O uso dos registros e os dados da pesquisa estão sujeitos às políticas padrão de uso de dados, que protegem o anonimato dos indivíduos e instituições. E ainda, as falas produzidas e gravadas ficarão sob a guarda pessoal da pesquisadora responsável, que se compromete em destruí-las no prazo de dois anos a contar da pesquisa.

5. **Benefícios:** ao participar da pesquisa o respondente não terá nenhum benefício direto. No entanto, espera-se que este estudo apresente benefícios indiretos relacionados ao desenvolvimento de conhecimentos relevantes sobre práticas de sustentabilidade e que estes, por sua vez, possam ser aplicados no ambiente organizacional e até em sua rotina domiciliar. Assim, espera-se que a pesquisa, ao suscitar reflexões sobre práticas organizacionais, beneficie não só a instituição pesquisada, mas toda a sociedade. Para se obter o máximo de benefícios e o mínimo de danos e riscos com esta pesquisa, os riscos e benefícios, tanto conhecidos como potenciais, individuais ou coletivos, são ponderados em todo o seu desenrolar, de modo que prevaleçam os benefícios esperados sobre os riscos e/ou desconfortos previsíveis.

6. **Pagamento:** Nada será pago nem será cobrado para participar desta pesquisa, pois a aceitação é voluntária. Porém, fica garantida a indenização em casos de danos comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa, ainda que não prevista nesse registro de Consentimento Livre e Esclarecido. Você tem liberdade de se recusar a participar e ainda de se recusar a continuar participando em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo.

7. **Exclusão e Inclusão de participantes:** Serão incluídos os servidores comissionados dos departamentos responsáveis pelas tomadas de decisão que envolvem os campi, nas áreas relacionadas aos seis eixos temáticos da A3P e de monitoramento das metas estratégicas do PDI da Univasf, de qualquer idade ou gênero, para responder à entrevista semiestruturada. Para a entrevista estruturada os servidores que atuam no campus sede (Petrolina-PE), de qualquer idade ou gênero. Ambos os grupos serão recrutados por visitas feitas em cada setor do campus sede, pela própria pesquisadora. Quanto aos critérios de exclusão, serão excluídos da pesquisa os servidores terceirizados e estagiários, devido à alta rotatividade e à possível falta de integração com a dinâmica institucional como um todo.

8. **Garantias:** De acordo com a Norma Operacional do CNS Nº 001/2013, o pesquisador deve garantir que os resultados do estudo serão divulgados para os participantes da pesquisa e instituições onde os dados foram obtidos e garantir a divulgação dos resultados da pesquisa para publicação, com os devidos créditos aos autores. Dessa forma, é garantido, que você terá acesso aos resultados com o(s) pesquisador(es). Sempre que quiser poderá pedir mais informações sobre a pesquisa com o(s) pesquisador(es) do projeto e, para quaisquer dúvidas éticas, poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa. Os contatos estão descritos no final deste termo. De toda forma, é importante que você guarde uma cópia deste documento em seus arquivos.

Este documento foi elaborado em duas vias de igual teor, que serão assinadas e rubricadas em todas as páginas, uma das quais ficará com o(a) senhor(a) e a outra com o(s) pesquisador(es). Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para participar desta pesquisa.

Obs.: Não assine esse termo se ainda tiver dúvida a respeito.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do participante da pesquisa

\_\_\_\_\_  
JUSCILÉIA LOPES DA SILVA ROZA

SIAPE: 1664605

Assinatura do pesquisador responsável pela aplicação

**Pesquisador Responsável:** Jusciléia Lopes da Silva Roza, Av. Fernando Farias, 900, Condomínio Grande Rio, Rua L, nº 05 - Petrolina - PE, CEP: 56321-630, [juscileia.roza@Univasf.edu.br](mailto:juscileia.roza@Univasf.edu.br). (87) 98815-6506.

**Demais pesquisadores da equipe de pesquisa:** Alvany Maria dos Santos Santiago, [alvany.santiago@Univasf.edu.br](mailto:alvany.santiago@Univasf.edu.br)

**Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar:**

Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do Hospital Universitário da Universidade Federal do Vale do São Francisco (CEP/HU-Univasf)

282 - Hospital Universitário da Universidade Federal do Vale do São Francisco - HU/Univasf - Rua André Vital de Negreiros, 1º andar, sala 2497 - Policlínica do HU-Univasf - Centro - Petrolina/PE – CEP: 56.304-917 - Telefone do Comitê: 87 2101-6567 - E-mail: [cep.Univasf@ebserh.gov.br](mailto:cep.Univasf@ebserh.gov.br)

## ANEXO A – CARTA DE ANUÊNCIA DA PESQUISA



Universidade Federal do Vale do São Francisco  
Gabinete da Reitoria

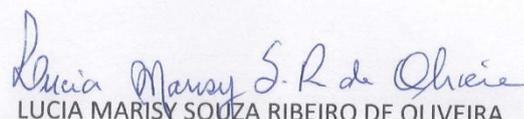
### CARTA DE ANUÊNCIA

Elaborado de acordo com a Resolução 510/2016 – CNS/CONEP

Aceito JUSCILÉIA LOPES DA SILVA ROZA, pesquisadora responsável pelo projeto: **“Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P) na UNIVASF: Sustentabilidade como meta estratégica no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)”**, orientado pela Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. **Alvany Maria dos Santos Santiago**, para a realização do referido Projeto. Ciente dos objetivos, métodos e técnicas que serão usados nesta pesquisa, concordo em fornecer todos os subsídios para seu desenvolvimento, desde que seja assegurado o que segue abaixo:

- a) O cumprimento das determinações éticas da Resolução 510/2016 do CNS/MS;
- b) A garantia de solicitar e receber esclarecimentos antes, durante e depois do desenvolvimento da pesquisa;
- c) Não haverá nenhuma despesa para esta organização, decorrente desta pesquisa;
- d) Anexar o relatório parcial e final na plataforma Brasil, e se comprometer com o serviço na apresentação dos achados e da pesquisa;
- e) No caso do não cumprimento dos itens acima, a liberdade de retirar minha anuência a qualquer momento da pesquisa sem penalização alguma.

Petrolina, 04 de dezembro de 2023.

  
LUCIA MARISY SOUZA RIBEIRO DE OLIVEIRA  
Vice-Reitora no Exercício do Cargo de Reitora